

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
PALHOÇA

ALINE FURLANI DA SILVA

FLORIANÓPOLI- SC

2011

ALINE FURLANI DA SILVA

**A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
PALHOÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Doutora Regina Célia Tamasso Miotto.

FLORIANÓPOLIS-SC

2011

ALINE FURLANI DA SILVA

**A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
ACOLHIDOS NO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
PALHOÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Regina Célia Tamaso Miotto
Departamento de Serviço Social -UFSC
Presidente

Prof^ª Dra. Marli Palma Souza
Departamento de Serviço Social -UFSC
1^ª Examinadora

Assistente Social Helaine Cristina da Silva
Programa Abrigo Institucional –PH
2^ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS

2011

Dedico este trabalho a minha família e também as famílias que me inspiraram para realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos:

A Deus por ter me dado forças durante os desafios da graduação, pela proteção de cada dia e pela oportunidade de ter pais maravilhosos!

Aos meus pais, que proporcionaram a mim a possibilidade e a oportunidade do estudo, além de todos os ensinamentos e educação que contribuíram para a construção de mim enquanto pessoa adulta. Pelo auxílio durante o processo, não apenas materialmente, mas me dando incentivo e carinho, mostrando-me a importância da família mesmo após a fase peculiar de desenvolvimento.

A todos os familiares, meu irmão Lucas, minha avó Zenina, as tias, em especial a Marlene e Rita.

À amiga Claudia, tão queridas no qual estive do meu lado nos momentos de angústia e aflição, dando força e animando-me dizendo: Força existe felicidade adiante! Amiga, amo você!

Às primeiras pessoas que contribuíram durante o curso, as amigas e colegas de graduação Andresa, Michella, Michelle e Mariane, que nos momentos de crise estiveram ao meu lado escutando, aconselhando e ajudando. Meninas vocês são muito especiais pra mim!

Agradeço também as pessoas que nesta caminhada me ensinaram muito, compreendendo minha vida de estudante e trabalhadora: Dr. Marcelo Dornelles Bichescki, Patricia Cherem Grillo, Sirlei Souza da Rosa. Obrigada pelo entendimento, serei grata a vocês!

Às supervisoras de estágio, primeiramente a Assistente Social Daiana Voges Mazzola, que hoje não se encontra mais na Casa Lar, mas foi a pessoa que proporcionou a oportunidade de estágio junto as Casas Lares de Palhoça, acolhendo-me e com muita dedicação me ensinou muito. A Assistente Social Helaine Cristina da Silva que mesmo com apenas 4 meses de convivência no estágio demonstrou empenho para conseguir dar continuidade a supervisão, sempre compartilhando minhas angústias, tornou-se uma amiga, obrigada!

Sou grata também aos colegas de serviço que compreenderam minhas limitações e horários em especial Lismari.

Às crianças e adolescentes da Casa Lar por ensinarem muito. As famílias atendidas, que também proporcionaram aprendizado, em especial a família pesquisada.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, em particular as Professoras Daiana Nardino, Kely Regina Dal Pra, supervisoras pedagógicas, sempre disporam-se com muita atenção propondo alternativas nas intervenções realizadas no estágio.

Às coordenadoras do curso de Serviço Social as Professoras Tânia Regina Kruger e Sirlândia Schapoo.

A minha orientadora Dr^a Regina Célia Tamaso Miotto, que com paciência, dirigiu-me na realização deste trabalho, impulsionando com seu carinho, foi uma grande satisfação ter a oportunidade de tê-la como orientadora, admiro seu profissionalismo e dedicação!

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste sonho, o meu muito obrigada!

**Família é diversidade,
aprendizado de vida,
quase faculdade.
É desencontro e união,
teste de paciência, reflexão.
Prova de amor,
segurança de tudo,
de crescimento,
de aliança,
de que a vida é assim:**

Para viver e aprender

(Ana Maria de Souza Mello)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de discussão as famílias de crianças e adolescentes acolhidos no Programa Abrigo, num contexto de transformação das famílias e no âmbito da Política de Assistência Social. Particularmente, se detém no estudo de uma família que teve três de seus filhos abrigados em Casas Lares de Palhoça/SC. Através dele buscou-se entender quais os caminhos percorridos pela família no exercício da proteção social numa perspectiva da história dessa família e da sua rede social primária, bem como às suas relações com as políticas sociais. Inicialmente partiu-se do pressuposto de que a família vem sendo colocada no centro da proteção social, sem que tenha as condições necessária para ostentar essa responsabilidade. Com isso há um aumento nas tensões presentes nos relacionamentos familiares aumentando a possibilidade de conflitos e de rupturas de vínculos. Nessa perspectiva é evidenciada a família no exercício da proteção social e sua relação com os serviços públicos, quando já houve a interferência do poder judicial e a medida de acolhimento institucional foi determinada. Para a investigação optou-se por trazer a história da família a partir dos serviços - para tanto foram utilizados os prontuários- e a partir dela mesma. A voz da família é ouvida através de entrevista com a mãe das crianças e adolescentes que se encontravam acolhidos institucionalmente. A partir do conjunto de informações procurou-se entender a trajetória de vida da família e os antecedentes a “quebra de vínculo. Concluí-se realizando algumas reflexões sobre os resultados alcançados e sobre a situação estudada onde a família atingiu uma situação extrema devido ao abandono que ela sofreu desde o princípio, um abandono que transpassou gerações e que só tendeu a agravar com as mudanças societárias, com a falta de acesso a direitos, a diminuição e enfraquecimento da rede primária da solidariedade e o enxugamento das políticas sociais.

Palavras Chaves: família, proteção social, acolhimento institucional.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 07 |
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPITULO I: FAMÍLIA, PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL | |
| 1- Família e Proteção Social..... | 13 |
| 1.2-Família Contemporânea..... | 17 |
| 1.3- A inclusão da família na política social: a centralidade da política de assistência social..... | 24 |
| 1.4-Família em situação de risco social e pessoal:o rompimento do vínculo e medidas de alta complexidade..... | 31 |
| CAPITULO II- O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO | |
| 2.1- A família Souza..... | 41 |
| 2.2 - O atendimento na Casa Lar..... | 42 |
| 2.2.1- O acolhimento das crianças nas Casas Lares e as entrevistas com os pais e familiares..... | 42 |
| 2.2.2- A visita domiciliar à mãe das crianças acolhidas..... | 44 |
| 2.3- Buscando compreender a situação através da fala da família: Entrevista com Lúcia, mãe das crianças acolhidas..... | 46 |
| 2.3.1- Conclusões..... | 68 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| REFERÊNCIAS..... | 74 |

INTRODUÇÃO

Família e proteção social, historicamente, sempre estiveram atreladas. É na família que seus membros encontram amparo e buscam seu lugar de pertencimento. Falar de família na contemporaneidade implica falar também nas mudanças relacionais que vêm acontecendo no último século, como os abalos e interferências externas sofridas por ela: mudanças sociais, culturais, econômicas e tecnológicas (SARTI, 2008). Destacamos a mudança da política econômica do Estado, de cunho neoliberal, que apresentou consideráveis alterações reafirmando a família como principal provedora de bem-estar social, porém sem dar ela condições necessárias para exercer tal papel. Com isso as famílias mais empobrecidas têm suas condições de vida marcadas por empregos instáveis, baixa renda, dificuldade de acesso a equipamentos sociais, moradias precárias e insalubres em territórios inóspitos. Tudo isso concorre para aumentar as tensões presentes nos relacionamentos familiares e aumentam as possibilidades de conflitos e de rupturas de vínculos.

Por isso, evidenciamos a importância em estudar família no exercício da proteção social e sua relação com os serviços públicos, quando já houve a interferência do poder judicial e a medida de acolhimento institucional determinada. Para tanto, optamos realizar uma pesquisa junto às Casas Lares de Palhoça, considerando a importância desse serviço no atendimento às famílias que se encontram em situação de rompimento de vínculos. Através dele é possível entrar em contato com essas famílias e conhecer suas trajetórias, bem como as relações que estabeleceram com os serviços públicos na perspectiva da proteção de suas crianças e adolescentes.

Chamada popularmente de Casa Lar, esta é parte do Programa da Secretaria de Assistência Social de Palhoça. A Casa Lar está constituída de dois abrigos de acolhimento institucional, de natureza governamental e de âmbito municipal.

Este tema despertou nosso interesse durante a experiência de estágio realizada na Casa Lar da referida cidade, no período de 30 de julho de 2010 a julho de 2011. Além disso, observou-se que a instituição não possui nenhum estudo sobre a realidade encontrada no Município, inclusive sobre a trajetória das famílias e o

conjunto de acontecimentos que induzem ao acolhimento de crianças e adolescentes na instituição.

Nesse contexto, este trabalho tem como objeto de estudo as famílias de crianças e adolescentes acolhidos no Programa Abrigo. Particularmente a investigação se deteve em uma família que teve três de seus filhos acolhidos. Através dela busca-se entender quais os caminhos percorridos pela família no exercício da proteção social numa perspectiva da história dessa família e da sua rede social primária, bem como as suas relações com as políticas sociais. Está vinculado à pesquisa Família e Políticas Sociais: relações entre famílias e serviços públicos, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC no início do mês de fevereiro de 2011, com término previsto para 2012, sob o número 400170.

A metodologia utilizada para este estudo foi a pesquisa qualitativa, pois permite responder questões mais particulares conforme coloca Paulilo (1999):

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (p. 135).

Entendemos que a pesquisa qualitativa não tem intenção de generalizar resultados, preocupa-se mais com o aprofundamento e compreensão da realidade. São diversos os métodos e as técnicas de obter e analisar dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, temos a história de vida, “através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas” (PAULILO, 1999, p.141). Sendo assim, a busca das informações se deu primeiramente por pesquisa documental, através dos prontuários da instituição e posteriormente por meio de entrevistas semiestruturadas, com a expectativa de ampliações e adaptações na sua forma, de acordo com o andamento do diálogo. Dar voz à família e buscar entender sua trajetória de vida e como foi acontecendo o exercício da proteção social dos seus membros permitem verificar no pluralismo de bem-estar como essa família se organizou, em quais momentos precisou de ajuda, com quem realmente pôde contar.

Para apresentação do estudo realizado, o presente trabalho está organizado em duas seções. Na primeira realiza-se uma discussão sobre a família no âmbito da

proteção social, uma explanação histórica partindo das tradicionais formas de proteção social perpassando as transformações no perfil da família advindas das mudanças sócio-históricas e econômicas, até chegar na atual conjuntura, com as políticas sociais de direitos enfraquecidas pelo projeto neoliberal. Ainda é destacada a posição que a família tem ocupado nas políticas sociais, detendo-se mais na política de assistência social e nos direitos da criança e do adolescente. Realizam-se também algumas considerações sobre as famílias em situação de risco social, em especial no caso do rompimento de vínculo, discutindo-se as situações das famílias que possuem crianças e adolescentes em medida de proteção em instituições de acolhimento, e também como esta família é vista pelos serviços.

Na segunda seção analisa-se o atendimento às famílias em situação de risco, primeiramente através da pesquisa nos prontuários da família, que continham estudos sociais e relatórios realizados pela equipe multiprofissional da Casa Lar. Optamos por usar os prontuários para contar a história da família pelos serviços. Após, é trazida a voz da família, ouvida por meio de entrevista com a mãe da criança e adolescentes que se encontravam acolhidos institucionalmente. A partir do conjunto de informações procurou-se entender a trajetória de vida da família e os antecedentes do “rompimento de vínculo”. Conclui-se realizando algumas reflexões sobre os resultados alcançados e a situação estudada.

CAPÍTULO I: FAMÍLIA, PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

1- FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Ao longo da história da organização da proteção social, nas diferentes sociedades, a família sempre possuiu o lugar central na proteção de seus membros. Na atualidade, apesar de termos conquistado direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado, a família ainda continua tendo um papel decisivo na provisão de bem-estar. Conforme Nascimento (2006, p.02):

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garante sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais.

A família tem como principal característica a solidariedade entre gerações. É a primeira, mais antiga e a mais importante instituição, e sua história faz parte da História da Humanidade. Sendo assim, as modificações ocorridas durante a história refletiram e remodelaram os padrões de vida no interior da família, dando a ela novas características.

Conforme Miotto (2008), a chamada família tradicional, que predominou até o século XVIII, tinha o papel da proteção social e, quando não lhe era possível, era amparada especialmente pela caridade cristã. Outro fator relevante é que, neste período, as famílias formavam-se através de alianças e a presença do poder patriarcal era inquestionável. Nas famílias abastadas a preservação do patrimônio era uma questão crucial para a formação de novas famílias.

Com o surgimento do capitalismo, que iniciava o processo de urbanização e da industrialização, a família passou a ter uma nova condição de vida e teve que se reorganizar para viver de acordo com as mudanças postas no mundo do trabalho. Os casamentos, no contexto da sociedade burguesa, que se impõem com o capitalismo,

passaram a ser fundamentados no amor romântico, na “livre escolha” dos pares. O domínio patriarcal diminui, pois o Estado passa a dividir a autoridade sobre os indivíduos.

Segundo Sarti (2008), a Revolução Industrial trouxe mudanças significativas no mundo das relações sociais, dividindo-o entre mundo do trabalho e mundo familiar. Com isso, temos um novo modelo familiar: a família moderna, onde o homem passa a ser o provedor da família devido à instauração do salário individual, enquanto da mulher é exigida a sua permanência na casa, cuidando dos filhos e realizando os trabalhos domésticos sem remuneração. Tais mudanças ocorreram sob forte impacto do processo de medicalização das famílias para que atendessem as novas demandas do mercado que precisava de corpos saudáveis para o trabalho. Dessa forma a família deveria constituir espaços organizados e com uma forte presença da mulher como cuidadora (MIOTO, 2008).

Uma nova lei moral imputa à mulher a condição de cuidadora por excelência, fato este de crescente importância nas relações sociais. As políticas assistenciais promovidas por ações filantrópicas exigiam uma família higiênica e laboriosa, a mulher deveria cuidar dos filhos e do marido, mantendo-o em casa para que este poupasse o dinheiro da família. Segundo Miotto (2008, p.133) “a formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma como espaço privado por excelência, como espaço privado deve responder pela proteção de seus membros”.

No contexto da transformação social, Weise e Santos (2008, p.3) afirmam que:

[...]a agricultura não era mais o ponto fundamental da economia, muitas famílias deixaram os campos agrícolas para viverem nos centros urbanos industriais. O salário oferecido pelas indústrias já não era mais o suficiente para o sustento da família, as mulheres também vão trabalhar, até mesmo as crianças, iniciando, assim, a exploração da mão-de-obra de mulheres e crianças. Essas são as transformações que configuram a emergência da sociedade urbana industrial.

Os papéis ficam bem definidos entre homem e mulher, causando grande impacto no interior da família. Assim, ela continua sendo o principal canal de proteção social. Desta forma, com as possibilidades de provisão de bem-estar das famílias da classe trabalhadora, passaram a depender de sua inclusão no mercado de trabalho e da capacidade de compra de bens e serviços no mercado, através dos salários. As transformações no âmbito das relações sociais e as exigências em relação

à proteção social a ser exercida pela família demonstram desde logo as suas contradições, que foram sendo expressas através de inúmeros problemas trazidos pelas famílias para a cena pública.

Ainda de acordo com Miotto (2008), é com esta configuração de precariedade no trabalho e risco social em que estão expostas as famílias, demonstrando que no liberalismo a família e o mercado são agentes de proteção. O adensamento crescente da questão social com a luta dos trabalhadores fez com que as formas de proteção social fossem revistas e o Estado ao longo do século XX foi se transformando também em uma instância importante de provisão de bem-estar, passando a intervir como regulador entre economia e as pendências sociais. É inaugurado então na Europa pós-guerra o Estado de Bem-Estar Social.

Sendo assim, a partir do momento em que o Estado toma o papel de agente primordial da proteção social, esta ganha status de direito social e a família e seus indivíduos ganham autonomia, pois podem manter-se sem depender apenas do mercado.

Mesmo com o Estado assumindo o papel da proteção social, as formas tradicionais não foram deixadas de lado, a proteção tradicional exercida com base na solidariedade ainda continua e está presente na contemporaneidade.

Conforme Pereira (2006, p. 25), a família a partir da década 70, devido à crise econômica mundial, foi “redescoberta como importante substituto Privado do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos”. A autora declara que não há efetivamente uma política de família, tanto no Brasil como nos países centrais, pois as ações deliberativas não são assumidas pelo poder público como direito de cidadania.

De acordo com Di Giovanni (1998) apud Miotto (2008, p.134), a proteção social se atinge de três formas. A primeira é através da forma tradicional, onde prevalece a solidariedade, a caridade e a fraternidade provida pela família, por entidades religiosas, amigos e redes de vizinhança. A segunda acontece através da troca, na maioria das vezes através do mercado, na compra de bens e serviços. E a terceira modalidade de garantia de proteção social se dá pelo Estado, que atua como gestor regulador da proteção.

Neste contexto, apesar de haver um Estado interventor, nem todos os países conheceram um Estado de Bem-Estar Social, e onde houve este se deu de formas

diferentes de acordo com as distintas realidades, por isso a família não deixa de ser fundamental no papel da proteção social.

De acordo com Pereira (2004, p. 29), no Brasil nunca houve um Estado de Bem-Estar Social. Ela coloca que não existe uma política de família, porém que mesmo em países desenvolvidos, estes também não são contemplados, mas, em contrapartida, temos o que a autora chama de política de “família à brasileira”, pois “a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social brasileiros”. Prevaleceu um modelo de proteção com grande participação da família no provimento de bem-estar, onde ela fica com maior responsabilidade na garantia da proteção social. De acordo com Lima (2006), o sistema de familismo, que é quando a política pública exige que a família adquira o principal papel na proteção social, é problemático devido a algumas famílias mais empobrecidas não conseguirem acessar o mercado. Alguns não dispõem de empregos e, quando possuem, o salário é insuficiente para acessar bens e serviços no mercado. Saraceno (1995, apud Pereira, 2004, p. 29) diz que “todos os Estados de Bem-Estar estiveram baseados no modelo familiar”, e ainda fala que essa proteção se expressa de duas formas: uma é através do provedor masculino, chefe de família, inserido no mercado de trabalho e também no sistema previdenciário; a outra da mulher como cuidadora, responsável pela reprodução de trabalhos domésticos não remunerados. Este modelo reforça os papéis do homem e da mulher.

Conforme Mioto (2008), a partir dos anos 1970, a crise econômica e a elevação do pensamento neoliberal fizeram com que o Estado sofresse transformações no seu papel, mais especificamente na maneira de receber as manifestações da questão social. O padrão de bem-estar Keynesiano/Beveridgiano deixa de ser referência das políticas sociais nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, ganhando uma nova configuração com o pensamento liberal de um Estado Mínimo e de um Mercado regulador da vida social (Behring e Boschetti, 2006 apud Mioto). O Estado perderia a centralidade na providência do bem estar social, que ficaria por conta do mercado e dos setores não-governamentais, como o Terceiro Setor. Essa mudança, que se refere às mutações do Estado de Bem-Estar Social, trouxe novo direcionamento às políticas sociais e foi denominada Pluralismo de Bem-Estar.

Pereira coloca acerca do Pluralismo que há discussões sobre essa doutrina não ser novidade, “porque sempre houve uma pluralidade de atores e ações em torno de questões postas na agenda pública, ela apresenta uma particularidade” (2004 p. 34). Ao

invés de haver uma disputa pela supremacia entre os componentes do chamado triângulo compromissado com o bem-estar social (Estado, Mercado e Sociedade), há neste momento uma relação flexível entre eles, caracterizada por Abrahamson (2005, apud Pereira) como responsabilidade variável. Com isso, fica evidente que cada vez mais a responsabilidade cai sobre a sociedade, pois o Estado, que era o principal condutor das políticas sociais, afasta-se, deixando que o mercado fique incumbido da sua execução. Assim, o Estado fica apenas como recurso do poder e o mercado, com o recurso do capital. Porém, a autora ainda ressalta que o mercado nunca teve aptidão social e utiliza a filantropia para obtenção de lucro como uma estratégia de marketing. Nesse contexto que a responsabilidade maior na proteção social fica para a sociedade através da solidariedade. Desta forma para Mioto (2008):

O incremento da ideia de família como centro de proteção e com ela o amplo desenvolvimento do voluntariado, das entidades não-governamentais e o delineamento de novas profissões no interior das políticas sociais, inclusive nas públicas, vai favorecer não só a reativação exponencial da ideia liberal da responsabilidade da família em relação à provisão de bem-estar, como também na reativação das práticas disciplinadoras tão comuns nos séculos anteriores, principalmente em relação às famílias pobres (p.141).

A inclusão da família como esfera central nas políticas sociais é complexa, pois são diversificados os formatos de famílias na contemporaneidade. Além disso, os conceitos acerca da família também não são consensuais, tendo diferentes compreensões. Por isso que, na atualidade, ao discutir a capacidade protetiva da família, faz-se necessário aprofundar-se em dois aspectos: as configurações da família contemporânea, suas principais características e possibilidades e a incorporação destas famílias na política social.

1.2- A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

A família tem passado por uma série de transformações de acordo com os acontecimentos de cada época, alterações estas no lado econômico, cultural, político e tecnológico. Com isso temos um novo modelo de família, a família contemporânea, que teve início aproximadamente nos anos 60. Suas novas configurações são

diferentes dos modelos anteriores, do antes idealizado modelo burguês, onde havia predominância do poder patriarcal.

A população brasileira passou por profundas mudanças na sua estrutura e com isso trouxe novos desenhos à família. O desenvolvimento tecnológico nas décadas de 60 e 70 possibilitou à mulher ter maior autonomia sobre a vida sexual devido à criação das pílulas anticoncepcionais. De acordo com Sarti (2008, p. 21), este evento separou a vida sexual da vida reprodutiva, conforme explica “Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua sexualidade atada à maternidade como um ‘destino’, recriou o mundo subjetivo feminino, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social.”

Além disso, a mulher passou a inserir-se no mercado de trabalho, transformando aos poucos seu poder de escolha sobre a maternidade, ainda nos anos 80, novas tecnologias no âmbito reprodutivo fortaleceram essas mudanças no papel da mulher rompendo com a concepção naturalizada da família. De acordo com Gama (2010, p.95):

A partir da década de 70, as feministas desenvolvem contundentes críticas aos sistemas de bem-estar social. No contexto de movimento de liberação das mulheres, a Conferência Internacional da Mulher, em 1975, reconhece claramente a relevância do Estado para a solução do problema da dependência feminina em relação aos homens, por meio da promoção de igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, igualdade salarial, creches, aborto e contracepção, medidas relacionadas à autonomia de diferentes formas. Ao mesmo tempo, contudo, as relações entre Estado e a família foram postas em evidência, principalmente a forma pela qual o Estado sistematicamente estruturou a provisão de bem-estar social por meio do trabalho “invisível” da mulher.

Outras fontes que mostram essas mudanças da contemporaneidade são os Indicadores Sociais¹, que proporcionam evidências empíricas dos fenômenos sociais observados. Para propiciar um maior entendimento das mudanças ocorridas na dinâmica populacional brasileira, que conseqüentemente refletem a família, foram utilizadas as bases de dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE².

¹ Segundo Januzzi (2001, p.15) um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou pragmático.

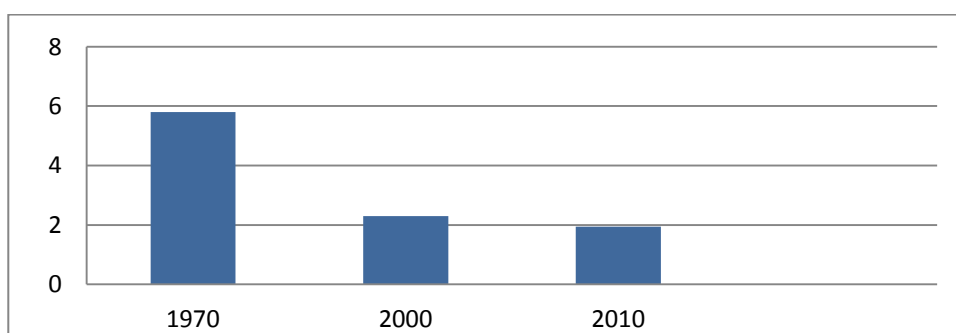
² Síntese de Indicadores Sociais do IBGE é composta, primeiramente, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Censos Demográficos, Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF.

O IBGE utiliza o conceito de Família como sendo “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. O instituto reconhece os diferentes ciclos de vida pelos quais a família atravessa ao longo de sua existência, sendo que cada ciclo apresenta fragilidades especiais “a serem objeto de medidas ativas de proteção social, em particular, a presença de crianças e idosos (relações de dependência), comprometimento de renda familiar (situação de pobreza) e relações de gênero” (IBGE, 2010).

De acordo com a síntese de indicadores nas últimas décadas é possível observar disposições relevantes como a redução do tamanho da família e do número de casais com filhos, e o crescimento do tipo de família formado por casais sem filhos, resultados dos processos de decadência da taxa fecundidade³ e do aumento da esperança de vida ao nascer.

Conforme essas mudanças é possível verificar no gráfico (figura 1) a progressiva queda da taxa de fecundidade. De acordo com os dados do último Censo (2010), a taxa de fecundidade caiu de 2,3 filhos por mulher no ano 2000, para 1,94 filhos por mulher no ano 2010:

Figura 1: Taxa de fecundidade no Brasil- 1970- 2010



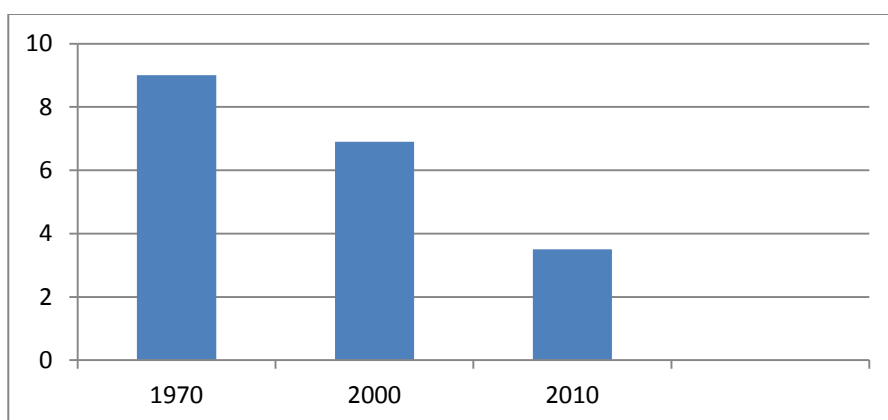
Elaboração: Aline Furlani da Silva. Fonte: IBGE, 2010.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – MAS, Pesquisa sobre Saúde do Escolar – PeNSE e Estatísticas do Registro Civil.

³ De acordo com os conceitos do IBGE (2009) Fecundidade é o número médio de filhos que uma mulher possui até o final do seu período fértil.

Com o avanço na área da medicina, melhores condições de higiene e saneamento, a taxa de mortalidade⁴ também diminuiu, aumentando a expectativa de vida e provocando profundas mudanças na pirâmide etária brasileira. Fala-se pirâmide por causa da base larga e o topo estreito indicando maior número de crianças e jovens do que idosos. De acordo com os dados atuais já está deixando de ser uma pirâmide a partir do momento em que a base (crianças e jovens) e o topo (idosos) passam a ter um equilíbrio na dimensão. Isso significa que nas próximas décadas o Brasil terá uma população mais envelhecida. Em 1970 a taxa de mortalidade era de 9,0 pessoas, em 2000 este número diminuiu para 6,9 e no último censo os números caem ainda mais, para 3,5 pessoas, como pode ser analisado no gráfico seguinte:

Figura 2: Taxa de Mortalidade no Brasil- 1970-2010

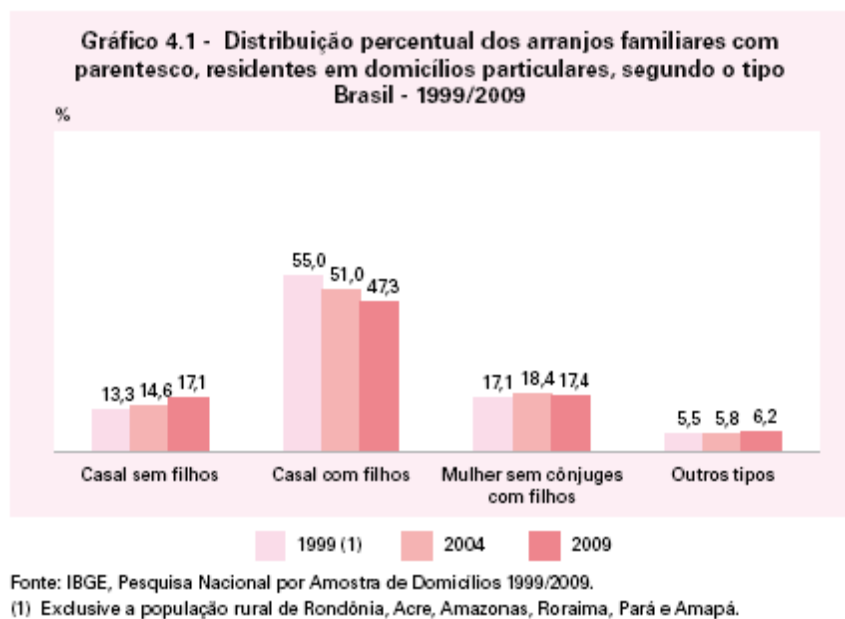


Elaboração: Aline Furlani da Silva. Fonte: IBGE, 2010.

O casamento é outro indicador que demonstra significativas mudanças na família contemporânea. Atualmente, é regulado pelo Código Civil Brasileiro, só podendo ser realizado entre heterossexuais, porém vale ressaltar que é considerável o número de países que reconhecem o casamento homossexual como um direito. Isso aponta a questão do casamento realizado pela reciprocidade, afinidade na condição do amor, dessemelhante do antigo modelo de família tradicional onde os casamentos eram arranjados por interesses de manter o patrimônio familiar.

⁴ De acordo com os conceitos do IBGE (2010, p.312) entende-se por taxa de mortalidade o quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao meio ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população.

Houve mudanças na dimensão dos domicílios⁵, o enfraquecimento dos laços matrimoniais com o crescimento do divórcio gerou uma grande diversidade de arranjos familiares, fugindo do modelo tradicional de família nuclear funcional, pois é expressivo o número de familiares monoparentais, ou seja, famílias formadas por apenas um dos pais e muitas com mulheres chefes de famílias, podendo ser visualizado no gráfico retirado da Síntese dos Indicadores Sociais (2010):



Para Weise e Santos um dos motivos que acarretaram o aumento do número de divórcios e separações foi a inversão dos papéis consequentes das transformações no mundo do trabalho e das mudanças econômicas, onde a mulher passa a ser a chefe de família e seu companheiro não aceita a perda do poder:

As rupturas e a finalização de casamentos ou uniões estáveis também são resultantes da situação econômica da família. O homem era considerado como o mantedor e provedor de sua família, mas com as alterações no mundo do trabalho, com o número de desempregados, a falta de emprego, a mulher acaba assumindo a responsabilidade financeira da família quando está inserida no mundo do trabalho, com isso o homem perde seu papel como o “chefe de família”. Sendo assim a autoridade masculina fica abalada,

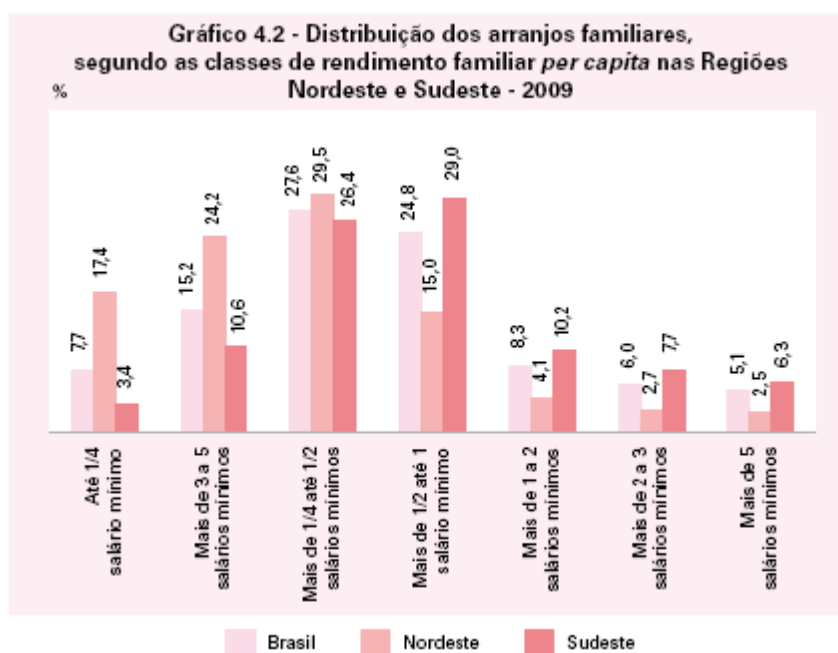
⁵ Domicílio, de acordo com o IBGE (2010) é o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação caracteriza-se quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

pois o homem não aceita a mulher como provedora dessa família. (2008, p.4)

Visualizando o gráfico é possível concluir que é considerável o número de pessoas de referência sem cônjuge, o que nos remete muito à questão do(a) chefe de família, que além de prover os bens materiais, precisa dar conta também dos cuidados não materiais. Medeiros e Ozorio (2001), ao analisarem os dados do IBGE no ano 2000, referente à composição de domicílios de acordo com a classificação da chefia de famílias baseada no sexo, verificaram que, ao longo dos anos, a chefia feminina dos domicílios e de famílias vem aumentando: “passando de, respectivamente, 14,0% e 15,9% em 1978, para 25,9% e 23,1% em 1998”.

Outro dado que permite traçar o perfil da família contemporânea é o indicador de rendimentos familiares. Vivemos em uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais, onde o papel da família na reprodução da sociedade é fundamental. Na família a renda juntada pelos membros determina as possibilidades de ela acessar através do mercado os bens e serviços. Nessa perspectiva a renda familiar *per capita* é um indicador bastante eficiente para traçar o aspecto socioeconômico das famílias brasileiras. (IBGE, 2010)

No gráfico a seguir é possível se observar a distribuição dos arranjos familiares, segundo as classes de rendimento familiar *per capita* medida em classe de salário mínimo:



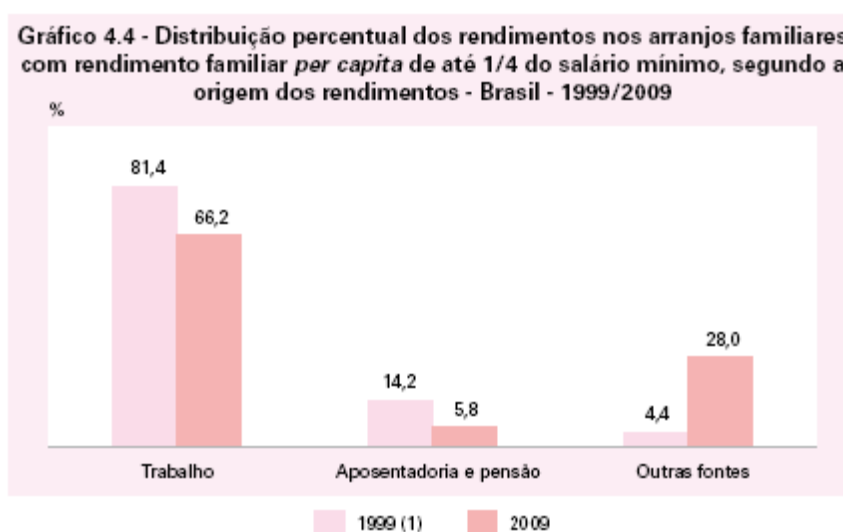
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

As famílias com baixa renda se concentram na Região Nordeste, os indicadores das condições de vida da população do Nordeste tais como moradia, saneamento, alimentação e acesso a outros direitos faz com que as condições de vida sejam “sistematicamente menos favoráveis do que aquelas registradas na Região Sudeste” (IBGE, 2010, p.100).

Estes rendimentos nem sempre são providos pelo trabalho formal. O Brasil, que é contextualizado pelo capitalismo neoliberal, com um mercado de trabalho diversificado, excludente, onde não há igual oportunidade a todos após a reestruturação produtiva que deixou muitos desempregados, fez com que grande parte dos excluídos pelo mercado de trabalho recorressem ao trabalho informal. Essa questão agrava-se ainda mais com a fragilidade do sistema de proteção social. De acordo com Alencar:

Na verdade, o contexto de forte pressão neoliberal para o ajustamento fiscal subordinou a reorientação dos gastos sociais aos objetivos macroeconômicos, notadamente os de estabilização e de natureza fiscal. Priorizaram-se os programas focalizados, os fundos sociais de emergência e os programas sociais compensatórios voltados para o atendimento dos grupos pobres e vulneráveis. (2004, p.74)

A seguir temos o gráfico que mostra as fontes de renda das famílias pesquisadas no Censo (2010):



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Para concluir as considerações acerca da Família Contemporânea, Alencar (2004, p.64) considera dois aspectos, o primeiro se refere às alterações na organização da dinâmica familiar, que também puderam ser visualizadas nos dados dos indicadores sociais, como diminuição da família, diversidade de arranjos familiares, inserção crescente das mulheres no trabalho e também como chefes de família. Isso fere os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar ocasionando pouca troca e interação entre os poucos membros, o que influencia nas questões dos vínculos ressaltantes também na proteção social da família. Outro aspecto a ser considerado por Alencar, de importante entendimento para os próximos capítulos, é a questão da crise econômica no Brasil no início do século, que expressou-se em desemprego crescente, flexibilização do trabalhador, baixos salários e precárias condições de trabalho, deixando a família deste trabalhador vulnerável na proteção social e na reprodução social.

1.2- A INCLUSÃO DA FAMÍLIA NA POLÍTICA SOCIAL: A CENTRALIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao longo da história das políticas sociais, a importância da família como instância de proteção social nem sempre foi explicitada, no entanto consecutivamente foi sempre esperado da família que ela atendesse as expectativas da sociedade dando conta de exercer a proteção social dos seus membros, conforme Campos e Miotto (2004):

Nos anos recentes, especialmente a partir da década 90, o grau de expectativas colocadas sobre a família dentro do Estado de Bem-Estar Social tem com razão adquirido grande centralidade no debate sobre os resultados dos diversos modelos vigentes. A questão se prende basicamente ao equilíbrio entre as pressões colocadas sobre ela e os meios socialmente proporcionados para seu desempenho, enquanto instância interveniente, atuando em conjunto com o Estado de Bem-Estar Social, no processo de reprodução social (p.166-167).

Desta forma, a família sempre teve papel importante no processo de reprodução social, especialmente nos cuidados maternos, na educação dos filhos, apoiados no trabalho feminino. No Brasil a própria Constituição Federal traz responsabilidades à família, tendo um capítulo que versa especificamente sobre ela e seus compromissos para com as crianças e adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais.

No artigo 226 é colocado que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Em seguida assenta no artigo 227 da CF que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para exercer os cuidados e cumprir com os deveres legais, muitas famílias acabam recorrendo a uma rede de relações e, de acordo com Sarti⁶ (2003, apud Vitale, 2006), a instabilidade e as precárias condições que o mundo do trabalho oferece às famílias, o grande índice de desemprego, além do grande número de separações, como se pode perceber na nova configuração da família contemporânea, acarretam dificuldades econômicas, afetivas e relacionais. Muitas vezes, a consequência disso é o aumento do rompimento dos vínculos familiares. As redes de ajuda e obrigações familiares têm sido alternativas a essas famílias em situações de vulnerabilidade, que buscam apoio de toda uma rede familiar, que funciona como um sistema de reciprocidade, no qual podem ocorrer momentos de tensão. Ainda de acordo com Vitale (2006):

O sistema de reciprocidade familiar não passa por uma regulamentação formal. As redes de trocas de ajudas familiares estruturam-se, todavia, de acordo com a inserção dos grupos familiares no espaço social e revelam o contexto de classe. As famílias vulneráveis, empobrecidas, tendem, portanto, a ter redes mais fragilizadas. Convém reiterar que as relações no seio das redes de ajuda e obrigações familiares não são desprovidas de conflitos. Nessas redes, as trocas intergeracionais tanto incluem a dimensão afetiva quanto se materializam sob inúmeras formas e serviços (p.80).

Conforme Campos e Miotto (2004), tomando os diferentes espaços que a família ocupa no sistema de proteção social e relacionando com o contexto brasileiro, “tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais a ela dirigidos dentro do nosso sistema de proteção social” em especial as políticas de assistência social, se

⁶ É pertinente esclarecer que, para Sarti, as famílias pobres se organizam em redes de relações, contrariando a ideia de que elas se caracterizam pelo modo nuclear.

pode afirmar que o país tem uma orientação, desde os anos 1990, eminentemente “familista”. A Constituição Federal e entre outras Leis normativas colocam às famílias a responsabilidade de exercer um papel decisivo no acesso aos direitos sociais. Os artigos 229 e 230 da Constituição Federal de 1988 preconizam que os pais possuem o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de amparar os pais na velhice, na carência ou na enfermidade.

A tradição familista na política social supõe que existam dois canais naturais para satisfação das necessidades, o mercado, através do trabalho, e a família. Somente quando um desses canais fracassa que o Estado vai intervir temporariamente (CAMPOS e MIOTO, 2004). Nessa perspectiva, aquelas famílias que não atendem às expectativas sociais, por conta tanto das desigualdades sociais, como das fragilidades típicas da sociedade contemporânea são tidas como incapazes. De acordo com as mesmas autoras:

Como capazes são definidas aquelas, via mercado, trabalho e organização interna - as famosas “estratégias de sobrevivência”- conseguem desempenhar com “êxito” as funções que lhe são atribuídas pela sociedade. Como incapazes são consideradas aquelas que, não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, em princípio do Estado, para a proteção dos seus membros. Ou seja, são merecedoras de ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção dos seus membros (p.184).

A categorização das famílias como capazes e incapazes, estruturadas e desestruturadas, entre outras tantas classificações, estão enraizadas de senso comum presentes nas propostas dos políticos e dos técnicos. Os profissionais da área social muitas vezes possuem esta concepção tradicionalista, sem aportes teóricos para lidar com os processos de inserção da família na política social, fazendo o movimento contrário, ao invés de aproximar a família, a afasta do âmbito da política social e dos direitos (CAMPOS e MIOTO, 2004).

Desta forma, é importante e urgente desenvolver estudos e trabalhos em torno deste discurso social, da suposta incapacidade da família em educar e proteger seus filhos, porque ao longo de muitos anos este pensamento prevaleceu na sociedade e no Poder Público. Como afirma Baptista *et al.* (2008, p.14) as representações negativas a respeito das famílias cujos filhos constituíam “a “clientela” da assistência

social foram parte estratégica das políticas de atendimento à infância no Brasil até muito recentemente. A concepção presente nessa estrutura era a de “disfunção familiar” e “famílias desestruturadas” (grifos das autoras). Isso costumava ser justificado pela indiferença e insensibilidade das mães que procuravam a assistência social para colocar seus filhos em instituições corretivas e educacionais fechadas, sob tutela do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n. 8.069 de 1990 veio com a proposta da doutrina da proteção integral, entendendo as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e veio a regulamentar o artigo 227 da CF. No artigo 19 do referido Estatuto, preceitua “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de entorpecentes”. A família é considerada como rede de socialização primária destes membros em desenvolvimento devendo ser dados a elas condições e meios de cuidar e educar seus filhos nos diversos aspectos da vida social (Carvalho, 1995 apud Baptista *et al.*, 2008). O Estatuto ainda prevê que a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar, devendo ser mantido em sua família de origem, e obrigatoriamente esta família deverá ser inserida em programas de auxílio. De acordo com Baptista *et al.* (2009):

Assim, ao longo do percurso de vida, as famílias pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais entre outros) capazes de gerar saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso o abrigo⁷ de crianças e adolescentes. (p.17)

Sendo assim, em um momento de risco, violação de direitos ou rompimentos de vínculos é papel do Estado intervir através de políticas sociais de proteção. Nessas situações de riscos sociais e pessoais essa intervenção se faz através de instrumentos normativos, podendo ser destacados a própria Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atualmente a Política de Assistência Social tem sido organizada pela PNAS, que permite uma padronização dos serviços em todo o país. É importante falar desta política, pois é através dela que

⁷ Leia-se Acolhimento Institucional de acordo com o Código Civil vigente.

o Estado intervém respeitando as diferenças locais. É uma política de proteção social que contempla as pessoas em situação de risco social e pessoal e não prevê contribuição para se ter acesso.

A Lei n. 8.742 de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social, veio organizar a Assistência Social e em seus artigos 1º e 2º coloca sua definição e seus objetivos: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

No artigo 2º diz que o objetivo da Assistência Social é a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; além da garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Ao analisarmos estes artigos é perceptível o lugar que a família tem no sistema de proteção social, que é central, assim como outras demais legislações ordinárias dispõem sobre as obrigações e responsabilidades para a família. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado diz oferecer políticas de proteção, ele inclui a família no processo, partindo dela como critério, tanto para cálculo de renda para conceder um benefício (renda familiar *per capita*). Outro ponto a ser observado é que, apesar de ser uma política universal, só é aplicada em situações extremas.

Exemplo disso é o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que contempla idosos com 65 anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência com qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho. Para receberem esses benefícios, a pessoa deve pertencer a uma família com renda mensal *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo, que é considerado um valor muito baixo, pois considera que uma pessoa possa manter-se com menos de um salário mínimo. A lei ainda coloca a revisão do benefício a cada dois anos, para verificação da continuidade e das condições da família. Isso mostra o caráter comprobatório e residual da política (Campos e Miotto, 2004). Portanto, “fica demonstrada claramente, nos dispositivos legais e na operação dos programas assistenciais, a dependência do reconhecimento

do direito individual às condições da família, consagrando o princípio da responsabilidade subsidiária do Estado quanto a ela” (CAMPOS e MIOTO, p.179).

Segundo Boschetti (2002, apud Campos e Miotto 2004):

O isolamento da política de assistência social, com seus fortes traços de residualidade, seletividade e focalização como bases de sua efetivação, fortalece o viés assistencialista em detrimento da perspectiva do acesso aos direitos sociais. Quer dizer que a assistência social na “era das bolsas” é marcada por um caráter marcadamente curativo, tendo perdido força os projetos de caráter mais preventivo. (p.180)

Desta forma, a PNAS, que tem como direção a implementação do Sistema Único de Assistência Social, reconhece “as fortes pressões que o processo sociocultural gera sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições” sendo primordial sua “centralidade no âmbito das ações as políticas de assistência social, como espaço privilegiado, insubstituível de proteção e socializações primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser protegida” (BRASIL, 2004).

A partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) temos a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁸, que entrou em vigor em 2004, definindo os níveis de proteção e tendo como princípios a descentralização político-administrativa, a participação da sociedade, primazia do Estado e a centralidade da Família. De acordo com essa Política Nacional a proteção social organiza-se em básica, média e alta complexidade:

A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Possui caráter preventivo, destina-se à população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da situação de pobreza e/ou fragilização dos vínculos. A instituição responsável pela execução da proteção básica são os CRAS (Centro de Referência em Assistência Social). São programas realizados no CRAS:

- O PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias);
- O Programa de Inclusão Produtiva e Projeto de Enfrentamento à Pobreza;
- Os Centros de Convivência para Idosos;

⁸ A concepção de família trazida por esta política é baseada no domicílio.

- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos;
- Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Programa Bolsa Família.

PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

É aplicada quando há violação de direitos mas não ocorreu rompimento de vínculos. São realizados os seguintes programas nos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social):

- Serviço de orientação e apoio sociofamiliar;
- Plantão Social;
- Abordagem de Rua;
- Cuidado no Domicílio;
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Medidas socioeducativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).

PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE:

É aplicada em situações em que os direitos foram violados e vínculos foram rompidos, sejam eles familiares ou comunitários, onde demanda de um acompanhamento integral institucional. São modalidades de alta complexidade:

- Casa Lar;
- República;
- Casa de Passagem;
- Albergue;
- Família Substituta;
- Família Acolhedora;

- Medidas Socioeducativas restritivas e privadas de liberdade (semi-liberdade, internação provisória e sentenciada);
- Trabalho protegido;
- Casa Abrigo

Assim, a proteção social materializa-se por meio de uma rede socioassistencial definida na PNAS. Porém a família desenvolve papel importante nas provisões das necessidades de seus membros e, portanto, não é por acaso que a matricialidade sociofamiliar constitui-se em diretriz da PNAS.

Portanto, “a discussão exposta configura a complexidade e a contraditoriedade existentes em torno da questão família como referência da política de assistência social, que não difere das demais políticas” (MIOTO, 2010, p.12). Segundo a autora “a centralidade da família no campo da política social abre espaço para incrementar práticas que promovam a proteção e a participação cidadã das famílias” (p.12), porém ao mesmo tempo pode reforçar o controle do Estado de maneira disciplinadora e arbitrária, fato esse presente em toda a história da assistência social no Brasil (MIOTO, 2010).

1.4- FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E PESSOAL: O ROMPIMENTO DO VÍNCULO E MEDIDAS DE ALTA COMPLEXIDADE

Uma das medidas de alta complexidade previstas na PNAS e no artigo 101 do ECA é a medida de proteção de acolhimento institucional. Ela é aplicada quando há violação dos direitos da criança e do adolescente e é determinada pelo Juizado da Infância e Juventude, em alguns casos pelo Conselho Tutelar ou ainda pelo Ministério Público. Essa medida implica a suspensão do poder familiar ou até mesmo a perda do poder familiar. É uma medida de proteção de alta complexidade, devendo ser aplicada quando direitos já foram violados, como em situações de violência, abandono, negligência, dependência química dos pais ou responsáveis, abusos, entres outros. Porém deve-se primeiro trabalhar com a família, buscando manter a criança segura em sua família de origem, por isso é necessário verificar as possibilidades da família extensa, evitando assim um acolhimento institucional. Esgotadas as possibilidades da permanência na família de origem, o ECA prevê a colocação em família substituta.

A história brasileira tem demonstrado que as impossibilidades materiais da família em oferecer cuidados aos seus membros – em fase peculiar de

desenvolvimento – têm sido um dos principais motivos para a determinação de uma medida de acolhimento institucional. Na maioria das vezes isso ocorre por ausência de trabalho, renda, condições de acesso à educação entre outros direitos sociais.

De acordo com Silva (2010), as famílias que são atendidas pelas políticas de proteção especial apresentam inúmeras carências socioeconômicas consequentes de uma série de violações de direitos fundamentais, como saúde, habitação, educação, alimentação, entre outros que implicam diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes dessas famílias. Na maioria das vezes, a intervenção do Estado é o acolhimento institucional. Isso revela uma grande contradição, visto que o ECA, diferente das políticas anteriores que tratavam da Infância e Adolescência, veio propor uma intervenção diferenciada do Estado na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, entendendo como sujeitos de direitos em fase peculiar de desenvolvimento, necessitando de proteção integral, mas que em especial prevê o direito à convivência familiar e comunitária.

Ainda de acordo com Silva (2010), em virtude das dificuldades apresentadas na medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente com a proposta da proteção integral de crianças e adolescentes, destacando a convivência familiar e comunitária. A referida autora coloca que “é importante mencionar que o contexto de elaboração do PNCFC foi marcado pela aprovação da PNAS-SUAS que, dentre outras questões, elege a centralidade da família como diretriz da política social” (SILVA, 2010, p.100).

Conforme Baptista *et al.* (2008), o PNCFC direciona os objetivos e a necessidade de ampliação, articulação e integração das políticas, projetos, programas, serviços e ações de apoio sociofamiliar, promovendo os direitos das crianças e adolescentes em relação à convivência familiar e comunitária. Para a execução deste plano foi prevista a realização de uma investigação situacional das famílias com crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional, além de uma identificação dos fatores que ameaçam o direito de convivência familiar e comunitária, através de um aprofundamento no seu contexto sociocultural e econômico (BRASIL, 2006).

Essa pesquisa teve como objetivo contribuir com as políticas públicas que atendem as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e crianças e adolescentes em situação de risco. O universo da pesquisa abrange:

Cerca de 670 instituições de abrigo em todo o Brasil que eram beneficiadas por recursos do Governo Federal por meio da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede-SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Deste total, o Levantamento Nacional investigou 589 abrigos, ou seja, 88% do total de instituições conveniadas à Rede SAC, que foram aquelas que responderam ao questionário da Pesquisa. Essas instituições abrigavam, no momento da realização da Pesquisa, 19.373 crianças e adolescentes. (Ipea, 2004, p.1)

O Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC/MDS, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) e do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) revelou que cerca de 20 mil crianças vivem em instituições de acolhimento e mais da metade estavam na instituição por tempo superior a dois anos, “sendo que a maioria dos acolhidos tem família (86,7%) e que 58,2% mantêm vínculos familiares e apenas 5,8% estão impedidos judicialmente de contato com os familiares. Somente 4,6% são órfãos e 6,7% têm situação de família desaparecida” (Ipea, 2004, p.9). Apesar de a maioria ter família, vivem em instituições e estão privados do direito à convivência familiar, preconizado na Constituição Federal e no ECA. Em relação ao tempo de permanência na instituição, pode-se observar o desrespeito também com a provisoriedade e excepcionalidade previstas no parágrafo único do artigo 101 do ECA: “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando na privação de liberdade.”

Com relação aos motivos que levaram ao acolhimento institucional, a pesquisa mostrou que 35,5 % dos dirigentes entrevistados se referem às condições socioeconômicas, especialmente a pobreza, como o principal obstáculo para o retorno de crianças e adolescentes para os cuidados de suas famílias. Sendo assim é possível notar que as políticas de atenção a crianças e adolescente precisam estar articuladas com ações de atenção às suas famílias, o que poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abreviá-la, quando se mostrar excepcionalmente

necessária (Ipea, 2004). De acordo com a investigação dos motivos identificados pela pesquisa, cerca de 24, 1% estão acolhidos por motivo de pobreza, sendo este motivo o mais recorrente, violando novamente o que está previsto no Estatuto em seu artigo 23 que diz que “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” e ainda acrescenta em seu parágrafo único que não existindo outro motivo que por si só já demande o acolhimento institucional, a criança e o adolescente devem ser mantidos em sua família e que deverão obrigatoriamente ser incluídos em programas oficiais de auxílio (BRASIL, 1990). José Fernando da Silva, assessor do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), explica que isso ocorre por um conjunto de fatores, podendo-se destacar a falta de conhecimento da legislação por parte dos agentes envolvidos no Sistema de Garantias de Direitos (SGD) e a abrangência limitada dos programas sociais, que não alcança todas as famílias. Ele ainda acrescenta que gradativamente foi percebida a necessidade de se criar políticas voltadas às famílias, pois se pensar nas crianças isoladamente não se chegará a uma solução do problema.

Outros motivos observados no levantamento foram o abandono (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,3%), a vivência de rua (7,0%) e a orfandade (5,2%).

Alcântara (2010), ao estudar a Construção do Direito da Infância e Juventude e a Atuação Jurisdicional junto às famílias, devido à sua atuação como Assistente Social na Vara da Infância e Juventude de Nova Iguaçu, percebeu que são inúmeros os casos envolvendo crianças e adolescentes em risco social e pessoal. “Esses casos chegam até a Justiça por meio de denúncias ou de procura espontânea” (p.57), tendo como hipótese de que algum direito da criança e do adolescente vem sendo ameaçado ou violado, fazendo com que haja necessidade de uma intervenção do Estado para garantir o exercício do seu direito legal. Alcântara (2010) ainda acrescenta:

No entanto, muitas vezes a criança e o adolescente atendidos na Vara da Infância e Juventude pertencem às camadas mais empobrecidas da população e advêm de famílias cujos direitos também não foram sequer respeitados ou garantidos pelo Estado, uma vez que não têm condições de suprir o mínimo para sua subsistência ou, quiçá, capacidade de enfrentamento para os problemas do cotidiano (p.57).

De acordo com os dados do Levantamento de Abrigo realizado pelo Ipea (2004), as duas instituições que mais encaminham crianças e adolescentes para o acolhimento institucional são os Conselhos Tutelares e as varas da Infância e Juventude, o que está de acordo com as atribuições legais estabelecidas no ECA. Porém outras instituições, como o Ministério Público, também encaminham crianças e adolescentes para instituição de acolhimento. No requisito dos principais fatores que contribuem para o não cumprimento dos princípios da excepcionalidade e da provisoriedade da medida de abrigo a pesquisa apontou os seguintes:

- Utilização indiscriminada da medida de abrigo pelas autoridades competentes antes de terem sido analisadas as demais opções previstas;
- Ausência de integração dos atores da rede de atendimento a criança e adolescente nos abrigos sem decisão judicial (encaminhadas pelas próprias famílias e por outras instituições);
- Reduzida fiscalização das instituições de abrigo por parte do Judiciário, Ministério Público e conselhos tutelares;
- Colocação de criança e adolescente em abrigos fora de seus municípios, o que dificulta o contato com a família de origem;
- Entendimento equivocado de alguns profissionais de que as instituições são o melhor lugar para a criança viver;
- Dificuldades de reestruturação familiar em face aos motivos que originaram a medida de abrigamento (desemprego, drogadição dos responsáveis, moradia inadequada, dentre outros).(Ipea. 2004)

Alcântara percebeu no seu cotidiano profissional que a abertura de procedimento no Ministério Público com a nomenclatura de “responsabilização por infração administrativa” (grifo da autora), que chega ao setor do Serviço Social, solicitando estudos sociais para subsidiar as decisões judiciais.

No processo de elaboração dos estudos sociais, algumas questões pertinentes à natureza desse procedimento têm chamado a atenção, principalmente aqueles que visam “penalizar” pais e responsáveis pelo descumprimento dos deveres inerentes ao poder família. Na elaboração dos estudos sociais, temos nos indignado sobre os motivos que levaram e/ou justificam a abertura de processos dessa natureza e quais as implicações jurídicas e a repercussão desses processos na vida dos sujeitos representados e na dinâmica de suas respectivas famílias (p.58).

Retomando o levantamento Nacional, considerando-se os serviços oferecidos pelas instituições de acolhimento que objetivam a preservação da convivência familiar e comunitária, tem-se o seguinte resultado:

QUADRO-RESUMO: GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

| CRITÉRIOS CONSIDERADOS | | ABRIGOS QUE ATENDEM (%) |
|--|--|-------------------------|
| C O N V I V Ê N C I A | PRESERVAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES | 5,8% |
| | ▪ Incentivam a convivência com a família de origem | |
| | ▪ Não desmembram grupos de irmãos abrigados | |
| | APOIO À REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR | 14,1% |
| | ▪ Realizam visitas domiciliares | |
| | ▪ Oferecem acompanhamento social | |
| ▪ Organizam reuniões ou grupos de discussão e apoio | | |
| F A M I L I A R | ▪ Encaminham familiares para inserção em programas de auxílio/proteção à família | |
| | INCENTIVO À CONVIVÊNCIA COM OUTRAS FAMÍLIAS | 22,1% |
| | ▪ Incentivam a integração em família substituta (guarda, tutela ou adoção). | |
| | ▪ Utilizam programas de apadrinhamento | |
| ▪ Envia relatórios periódicos para a Justiça da Infância e da Juventude | | |
| S E M E L H A N Ç A R E S I D E N C I A L | SEMELHANÇA RESIDENCIAL | 8,0% |
| | ▪ Têm estrutura física semelhante às de uma residência | |
| | ▪ Prestam atendimento em pequenos grupos | |
| C C O O N M V U I N V I T Ê N Á C R I I A A | PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA COMUNIDADE LOCAL | 6,6% |
| | ▪ Utilizam serviços existentes na comunidade | |
| P A R T I C I P A Ç Ã O D E P E S S O A S D A C O M U N I D A D E N O P R O C E S S O E D U C A T I V O | PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS DA COMUNIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO | 27,5% |
| | ▪ Possuem trabalho voluntário na equipe de serviços complementares | |
| | ▪ Possuem vizinhança com disponibilidade de serviços comunitários | |

Fonte: IFEA/DISOC, Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC (2003)

Como é possível observar, somente 5,8% dos abrigos pesquisados desenvolvem conjuntamente as ações de incentivo à preservação do vínculo familiar. Embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não seja exclusiva das instituições de abrigo, mas de toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente, incluindo o Judiciário, o Ministério Público, os conselhos tutelares e de direitos e o próprio Poder Executivo de todas as esferas (nacional, estadual e

federal) existem ações que podem ser realizadas pelos abrigos enquanto as crianças e adolescentes permanecem na instituição. Como exemplo: “as instituições de abrigo têm a importante atribuição de manter vivo o vínculo da criança abrigada com seu núcleo familiar de origem por meio da realização de ações que aproximem as famílias das crianças e adolescentes (p.5)”, porém a pesquisa fala em “reestruturação familiar” (grifo meu), que seria o trabalho desenvolvido por técnicos envolvendo as famílias, com o objetivo do retorno da criança e adolescente ao seu lar quando possível. A pesquisa se refere às seguintes ações desenvolvidas: (I) visitas domiciliares às famílias das crianças e dos adolescentes sob sua responsabilidade; (II) acompanhamento social das famílias; (III) organização de reuniões ou grupos de discussão e de apoio aos familiares dos acolhidos institucionalmente; e (IV) encaminhamento das famílias para a inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio/proteção à família. As instituições que realizam essas ações somam apenas o percentual de 14,1% do universo pesquisado (Ipea, 2004).

De acordo com os dados do levantamento nacional de abrigos, nem todas as instituições pesquisadas possuem especialização no atendimento. A maioria das instituições pesquisadas (85,9%) não tem especialidade no atendimento, acolhe qualquer criança e adolescente em situação de risco sem a devida preparação para garantir as diferentes necessidades dessa criança ou adolescente. Como por exemplo, crianças e adolescentes com necessidades especiais, portadores de doenças crônicas, entres outros. Apenas 12,6% do universo dos abrigos pesquisados contam com instalações adequadas com adaptações físicas para os que possuem restrições de locomoção. A maior parte das instituições realiza atendimento misto, ou seja, 62,3% acolhem tanto meninos quanto meninas e mais da metade (62,1%) trabalha com faixa etária ampliada: a diferença entre a menor e a maior idade de atendimento nos abrigos é superior a 10 anos. Esses aspectos são importantes, pois possibilitam o não-desmembramento de grupos de irmãos, o que está previsto no ECA. Outro aspecto relevante na pesquisa é a predominância do sistema de permanência continuada. Ou seja, em 78,4% as crianças e adolescentes ficam sempre na instituição. Somente 5,8% dos abrigos oferecem opção para crianças e adolescentes ficarem aos cuidados da instituição durante a semana e retornarem às suas casas nos finais de semana, possibilitando a convivência com seus familiares.

Quando esgotadas as tentativas do retorno da criança e do adolescente para sua família de origem, é previsto no artigo 19 que “Toda criança ou adolescente tem

direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” A lei prevê ainda, no artigo 19 parágrafo primeiro do ECA que:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

As modalidades de colocação em família substituta previstas no artigo 28 do ECA se realiza mediante guarda, tutela ou adoção. Ferreira (2004) classifica os motivos da colocação de crianças e adolescente em instituições de acolhimento em motivos sociais e motivos pessoais. De acordo com o referido promotor, quando as causas são sociais, aquelas nas quais a família também teve seu direito violado, a destituição do poder familiar não é a primeira alternativa escolhida pelo Promotor de Justiça. Para ele é necessário articular “ações junto ao poder público para garantir uma maior assistência aos pais, dotando-os de condições para receberem, novamente, o filho abrigado” (p.4). Nas situações classificadas como motivo pessoal, assim designado por Ferreira (2004), já são situações mais delicadas, onde apenas políticas públicas não são suficientes para o retorno da criança e do adolescente ao seu lar.

As causas de abrigamento de *natureza pessoal*, assim designadas aquelas referentes aos pais que praticam violência física, psicológica ou sexual, o problema é mais sério, pois não se resolve apenas com políticas públicas. Estas podem ajudar a enfrentar a questão, como o tratamento psicológico dos pais que praticam esse tipo de violência com os filhos. Porém, em determinadas situações, o retorno da criança ou do adolescente à casa do agressor apresenta-se inviável, em razão do risco da revitimização, havendo a necessidade de uma outra solução para o caso, que envolve a sua colocação em família substituta.

Nessas situações, classificadas por Ferreira como motivos pessoais, logo após a destituição do poder familiar desenvolvem-se ações para a colocação da criança e adolescente em família substituta na modalidade de adoção.

Nesse caso, a ação de destituição do poder familiar apresenta-se como alternativa válida para a garantia da convivência familiar da criança institucionalizada. Essa medida é indispensável porque a outra alternativa que se apresenta, ou seja, a de deixar a criança ou o adolescente na entidade até completar a maioridade, não se mostra adequada em razão das consequências advindas da institucionalização prolongada como a “perda da individualidade, carência de estímulo para o desenvolvimento, ausência de vínculos afetivos duradouros; falta das figuras paternas e maternas.(p.4)

Conforme essas situações, é possível verificar que os serviços esperam que a família resolva em curto prazo fatores sociais difíceis, quando na verdade esses fatores demandam mais das instituições enquanto representantes do Estado do que da própria família, em orientar acerca dos direitos sociais e construir com a família possibilidades de emancipação.

CAPÍTULO II - O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

2 - O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

A partir das considerações efetuadas sobre o acolhimento institucional não se pode deixar de observar a existência do uso indiscriminado da aplicação dessa medida. Diante disso e das observações efetuadas ao longo do estágio curricular obrigatório é que sinalizamos a necessidade de se conhecer a trajetória do atendimento das famílias que possuem crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, em medida específica de proteção.

Ainda foi possível verificar que as famílias atendidas pelo referido programa, na maioria das vezes, haviam passado por outros serviços e, com frequência inferia-se que as famílias não haviam tido os encaminhamentos esperados para as situações. Porém, observava-se também que a equipe técnica das Casas Lares partia do pressuposto que os serviços e programas anteriores haviam realizado intervenções e orientações que atendessem às necessidades dessas famílias. Além disso, as histórias de algumas famílias demonstravam que ao longo de suas vidas apresentavam demandas que remetiam à falta de acesso às políticas públicas. No entanto, o Poder Judiciário, no processo de atendimento, estipulava um prazo para as famílias “ajustarem” suas condições de vida às solicitações do juizado. Nessas situações os assistentes sociais eram solicitados a verificar se as mudanças haviam ocorrido. Isso é realizado através de visitas domiciliares e posterior elaboração, juntamente com a equipe técnica multiprofissional da instituição, do seu parecer. Nesse sentido, parecia haver uma disjunção entre o que se esperava da família e as condições da família para sua realização. Assim, existia forte expectativa de que a família se “enquadrasse” aos requerimentos do juizado, caso contrário correria o risco de perder o poder familiar de seus filhos.

Com base nesse contexto, foi decidido estudar tal situação valendo-se do prontuário da família Souza, onde constam relatórios situacionais encaminhados pela equipe multiprofissional ao Juizado da Infância e Juventude, bem como o Estudo Social que também é realizado pelos profissionais das Casas Lares. Além disso, realizamos entrevista com a mãe da família Souza⁹, buscando a voz dessa família, para entender através da fala dos próprios membros o que pensam e sentem sobre

⁹ Nomes fictícios para a preservação do anonimato da família estudada.

toda a trajetória de vida. Esses procedimentos foram definidos tendo em conta o objetivo central desse estudo, que é o conhecer as trajetórias da família para o exercício da proteção social de seus membros enfatizando a sua relação com os serviços públicos e com a sua rede social primária, ou seja, “com quem ela podia contar”. Para a realização desse estudo, com caráter investigativo, foi encaminhado o projeto de pesquisa ao Ministério Público de Palhoça e ao Juizado da Infância e Juventude do Município de Palhoça. Deles foi obtido parecer favorável desde que se cumprissem os procedimentos legais e éticos, bem como assegurasse o sigilo acerca da identidade da família.

A entrevista foi desenvolvida com a mãe, senhora Lúcia, e foi semiestruturada, o que permitiu ampliações ou adaptações na sua forma de acordo com o andamento do diálogo. No momento da pesquisa, Lúcia era atendida pela Instituição e possuía vínculos com os filhos acolhidos. Acessamos também as informações referentes à história nos prontuários e o diário de campo. Esta família foi escolhida para o estudo pois enquanto estagiária acompanhei todo o processo, desde o acolhimento até o desligamento do programa. A senhora Lúcia foi convidada e concordou em participar da pesquisa. Foi orientada sobre o estudo e também sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que fez parte do contrato. Com as devidas autorizações, iniciamos a pesquisa através dos prontuários da instituição.

2.1- A família Souza

Com o intuito da preservação original do curso das informações, conforme foram apresentadas, optou-se utilizar os prontuários para contar a história da família pelos serviços conforme o olhar do assistente social da instituição. Assim foi possível verificar como os serviços veem essas famílias. Para isso foram utilizados os relatórios de atendimentos e estudos sociais que contavam as visitas domiciliares. Além disso, o estudo social é o instrumento técnico-operativo do Serviço Social que dá suporte ao Juiz para tomadas de decisões e aplicações de medidas dispostas no ECA e na legislação civil referente à família, por isso dada valorização de contemplá-lo neste trabalho. Conforme Fávero (2005), o estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social que permite conhecer melhor e com mais profundidade uma determinada realidade em seus aspectos culturais, sociais e

econômicos. Dentre os instrumentais utilizados na realização do estudo social, podemos citar a entrevista, a visita domiciliar os registros e entre outros que de alguma forma permitem ao assistente social melhor compreender a totalidade do seu objeto de intervenção profissional.

Em seguida, buscou-se entender a história contada pela família por meio da entrevista com a mãe dos irmãos acolhidos, pois acreditamos ser importante buscar na fala do protagonista da história como foi sua trajetória de vida, o que pensa sobre ela e sobre os serviços dos quais ela necessitou. Por isso, iniciamos contando um pouco da família através dos relatos institucionais e paralelamente a história contada pela própria família.

2.2 - O atendimento na Casa Lar

2.2.1-O acolhimento das crianças nas Casas Lares e as entrevistas com os pais e familiares

No dia 15 de setembro de 2010, recebemos na Casa Lar de Palhoça os irmãos Júlio, de 13 anos, Joana, de 16 anos e Mariana, de 5 anos que chegou na instituição no dia seguinte. Os três irmãos foram acolhidos por meio do Conselho Tutelar que trouxe a devida determinação judicial. Os irmãos são filhos da senhora Lúcia, que não vive mais com o pai das crianças, mas com seu companheiro Jurandir. Senhora Lúcia tem 39 anos, é natural da Paraíba e não possui outros familiares em Santa Catarina. O pai das meninas é natural de São Paulo, onde possui família extensa.

Lúcia viveu com Rogério e com ele teve suas três filhas, Ângela, de 20 anos, que já está casada e tem uma filha, e Joana e Marina, sendo que Júlio é apenas filho de criação de Rogério.

No dia seguinte ao acolhimento, senhor Rogério e sua filha mais velha Ângela procuraram a equipe técnica da instituição dizendo não saber que motivo havia levado seus filhos para a Casa Lar. A equipe técnica tenta esclarecer que, segundo o relatório que nos foi apresentado pelo Juizado, haviam sido realizadas denúncias a seu respeito com relação à filha Marina, havendo uma suspeita de abuso. Ele respondeu que nunca havia feito nada para sua filha, que há alguns anos tinha ido até a delegacia e que o caso já estava arquivado por falta de comprovações. Senhor Rogério pergunta a equipe como faz para recuperar os filhos. Na ocasião a equipe informou que ele iria necessitar

de um advogado para realizar a contestação e que enquanto o poder familiar estivesse suspenso, não seria autorizada a visita aos filhos.

A equipe pediu para que o pai contasse um pouco a respeito de sua vida e de sua família. A princípio ele diz que teve duas filhas com Lúcia e depois veio o Júlio que não é seu filho de sangue, mas que sempre criou como se fosse, e posteriormente o casal teve a Mariana. Rogério fala que a menina é muito apegada a ele e que sempre ficou aos cuidados dele. Ele ainda relatou que estava separado de Lúcia há 6 meses, que durante um tempo ele residiu no bairro de Laranjeiras com seus três filhos, mas que no momento estava morando com sua filha Ângela e com Mariana. Já Júlio e Joana estavam morando com a mãe e seu novo companheiro. O pai não levou Júlio porque estava no meio do ano e este iria ter que trocar de escola, por isso Rogério achou que não seria bom para o menino.

Neste atendimento senhor Rogério estava desempregado e contou que em seu trabalho anterior, como mecânico por três anos, possuía carteira assinada e com isso ele entraria no seguro-desemprego.

Já a filha Ângela conta que é casada com Jonas, sendo que os dois têm uma filha de seis meses. Ângela, além de cuidar de sua filha, da irmã e, de certa forma, do pai, ainda trabalha de babá para auxiliar nas despesas familiares. Seu marido Jonas trabalha como servente de pedreiro. Esta família mora junto com a família de Jonas no mesmo terreno.

Com horário agendado, senhora Lúcia, mãe dos meninos, foi até a instituição conversar com a equipe técnica. Senhora Lúcia se mostrava muito abalada com a situação. Então a assistente social das Casas Lares iniciou uma entrevista perguntando um pouco sobre como era a relação de Mariana com o pai, como se organizavam. Lúcia confirmou as informações passadas por Rogério, disse que não acredita e que realmente não havia sido nada comprovado em relação ao abuso. Fala não saber ao certo o motivo do acolhimento de seus filhos, mas acredita que foi devido a denúncias dos vizinhos, quando Joana deu uma surra no irmão Júlio. Ainda reforça que sua maior dificuldade é lidar com Joana, pois ela anda muito agressiva, com comportamento estranho e distante de todos.

A equipe esclarece que o motivo pelo qual seus filhos foram acolhidos é a suspeita do abuso pelo pai, que, segundo informações do Conselho Tutelar, a menina se encontrava aos cuidados dele. Lúcia fala que já desejou se separar do companheiro há muito tempo, mas ele era insistente e dificultava sempre a separação do casal.

Sendo assim, nos últimos tempos eles estavam residindo na mesma casa, porém já não se tratavam mais como marido e mulher, e ela começou a se relacionar com outras pessoas e inclusive estava com outro companheiro. Assim, conta que saiu de casa e deixou os filhos aos cuidados do marido até providenciar uma casa adequada para poder acolhê-los, e que fazia aproximadamente vinte dias que Júlio e Joana estavam residindo com ela, e que Mariana não estava junto dela ainda porque a dona da casa alugada não permitia crianças pequenas no local. A assistente social perguntou se ela tinha envolvimento com drogas ou álcool. Ela nos fala que nos finais de semana costuma beber um pouco, mas logo se explica alegando que não é viciada.

Na ocasião Lúcia trabalhava na empresa Usimed como auxiliar de serviços gerais há aproximadamente nove meses e recebia em torno de R\$ 800,00 por mês, porém teria sido demitida nesta mesma semana em decorrência das faltas constantes ao trabalho devido a estar tomando providências para recuperar a guarda dos filhos. Ela ainda contou que em breve iria se mudar de residência e estava à procura de um lugar mais confortável para ela e para os filhos.

Durante o atendimento, Lúcia contou que não possui mais vínculos com a sua família extensa, que é de Pernambuco. Ela também parecia muito desolada com tudo o que estava acontecendo à sua família e afirmava que deseja muito os filhos em sua companhia e desta forma foi orientada a requisitar um advogado. Não houve maiores encaminhamentos nem um plano de intervenção após esses atendimentos, apenas elaboração posterior de relatórios psicossociais e situacionais para o juizado.

2.2.2-A visita domiciliar à mãe das crianças acolhidas

Em visita domiciliar à quitinete onde Lúcia estava residindo com seu companheiro Pedro, a assistente social lhe questionou se caso os filhos viessem a ficar sob sua guarda, se ela pretendia ir para outro local. Dona Lúcia falou que estava aguardando a audiência, mas que já estava procurando outro local. A equipe orientou que seria muito importante ela procurar o quanto antes uma casa maior para poder acolher com mais conforto seus filhos e manter a privacidade de cada um, visto que a moradia era muito pequena tendo apenas três cômodos, a cozinha junto com o quarto, divididos por uma cortina e o banheiro. Lúcia falou que pretendia mudar, porém estava desempregada, mas que já havia entrado com o pedido do seguro-desemprego e que

Pedro iria receber perícia médica, porque havia sofrido um acidente e que até o momento contavam apenas com o dinheiro de faxinas que ela fazia.

Após algum tempo, como Lúcia demonstrou compromisso nas visitas e também havia se mudado para um residência maior, Joana e Mariana voltaram para os cuidados da mãe, porém Júlio pediu para ficar mais um tempo, pois não se sentia seguro para voltar para casa ainda. A equipe comunicou ao juizado sobre a opinião de Júlio, e a Juíza da Infância e Juventude autorizou que seu desligamento fosse realizado de forma gradativa. Sendo assim, a Casa Lar proporcionava primeiramente o convívio familiar através de visitas da mãe e das irmãs para Júlio na instituição, após isso ele começou a ir aos finais de semana para casa. Porém em um dia que Júlio foi passar o final de semana com sua família, e aconteceram várias brigas da irmã Joana com a mãe e seu companheiro, Lúcia estava realizando uso abusivo de álcool e suas dificuldades em lidar com sua filha Joana geravam violências no lar, pois a mesma agredia fisicamente Lúcia. Com isso Júlio ligou para a Casa Lar, que solicitou que o conselheiro tutelar de plantão fosse até a casa de Lúcia verificar o ocorrido, então as duas filhas de Lúcia voltaram para a Casa Lar.

Enquanto seus filhos encontravam-se no segundo momento de acolhimento, ocorreu um episódio de violência doméstica. Lúcia havia entrado em contato com a equipe solicitando uma visita domiciliar, pois seu companheiro havia lhe agredido, conforme o relatório elaborado pela equipe:

Ela nos relatou que, quando conheceu Pedro, ele falou que já havia sido usuário de drogas, mas já tinha se tratado e que não usava mais, também apoiava a companheira para conseguir ter os filhos de volta sob seus cuidados. Porém nos últimos dias estava apresentando alguns comportamentos diferentes, saía sem dizer aonde ia, voltava de madrugada, desestimulava Lúcia em relação aos filhos. A filha mais velha de Lúcia, Ângela, quando foi visitá-la, viu Pedro usando drogas, e contou para a mãe. A mesma imediatamente não admitiu e falou que não queria mais ficar com ele, o mesmo saiu muito nervoso e quando retornou agrediu Lúcia com socos e tapas no rosto, deixando-a desacordada, além disso, ele levou sua prótese dentária e trancou Lúcia dentro da quitinete. Após isso ele ligou para a mãe dele e pediu para que ela fosse até a residência verificar se Lúcia estava ferida, ela foi e encontrou-a no chão ensanguentada, e imediatamente levou Lúcia para o hospital, e a deixou lá.

Quanto aos encaminhamentos dado pela equipe:

Questionada se havia registrado o boletim de ocorrência, ela respondeu que sim, e que a equipe do PAEFI (Programa Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) a acompanhou até o IGP (Instituto Geral de Perícias) para realização de exames de corpo de delito, portanto os encaminhamentos referentes à agressão física contra ela foram dados, e a mesma já havia realizado todos os passos. A questão que ficou pendente foi a da prótese, que iria demorar pra conseguir fazer outra, pois naquele momento Lúcia não estava com condições financeiras para adquirir outra. Outra questão colocada por Lúcia foi que ela havia consultado com o psiquiatra do posto central e já estava tomando os medicamentos prescritos, antidepressivos, e que desde então não estava mais fazendo uso de bebida alcoólica e sua vontade para tal estava diminuindo.

Com essas situações entre outras tantas, foi percebido o quanto os serviços deixaram a desejar no atendimento desta família, solicitando que em período breve as famílias conseguissem resolver problemas de habitação, renda e saúde, sem garantir serviços e políticas sociais suficientes para que essa família pudesse superar essa condição e ter de volta os filhos a seu convívio. Por isso, a motivação da realização do estudo social, na busca da fala do familiar, sua história, sua trajetória, com quem pode contar em cada momento, sua relação com os serviços e programas pelos quais passou, saber o que pensam e o que sentem indo além do que foi apresentado na instituição de acolhimento.

2.3- Buscando compreender a situação através da fala da família: Entrevista com Lúcia, mãe das crianças acolhidas.

Assim que obtive as autorizações do Judiciário e da coordenação do Programa Abrigo Institucional para realização da pesquisa com a família em questão, entrei em contato com senhora Lúcia para convidá-la a participar da minha pesquisa. Ela se mostrou muito atenciosa e feliz em poder colaborar. Para minha surpresa seus filhos haviam sido desligados do Programa Abrigo Institucional no dia anterior ao contato. Nos últimos fatos ocorridos o relatório encaminhado ao Juizado tinha parecer da equipe técnica favorável ao retorno dos filhos para Lúcia.

Expliquei-lhe que a finalidade da pesquisa era apenas para o estudo social que se materializaria no meu trabalho de conclusão de curso. Ainda foi esclarecido que este era um convite para sua participação, que a mesma poderia desistir a qualquer momento,

que o anonimato dela e dos seus familiares seriam preservados e que não lhe traria nenhuma implicação na questão processual, assegurando o sigilo e os procedimentos éticos.

No dia da entrevista apresentei-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde realizamos assinaturas e posteriormente falei um pouco sobre meu trabalho e a finalidade da entrevista. Comecei perguntando um pouco sobre sua infância. A senhora Lúcia relembra:

Eu sou filha de um casal que já estava no segundo casamento dos dois, o meu pai era casado com uma esposa lá que não podia ter filhos e não teve filhos, e a minha mãe, que até então não era minha mãe ainda né, minha mãe era lavadeira desse casal. Lavadeira, faxineira, prestava serviços pra eles, a minha mãe já era casada, tinha um marido, na época ela tinha já nove filhos com esse marido, tudo escadinha, e o marido dela era alcoólatra que judiava dela, batia nela, e ela tinha que trabalhar pra manter, ... até me emocionou quando eu falo nisso... porque eu acho que minha mãe sofreu muito mais, ... eu perdoei ela por tudo, por tudo,...até que um certo dia a minha mãe estava naquela casa lá daquele casal e veio alguém gritando chamar ela, dona Maria, dona Maria, sua casa tá pegando fogo. A minha mãe correu na casa, ela tinha nove filhos e um marido... bêbado. Quando ela voltou na casa o marido tinha morrido, queimado e mais cinco filhos, e segundo ela contava pra gente, ela pôs a mão na cabeça e disse: Meu Deus, o que eu faço da minha vida? Sem marido, sem casa, sem os filhos, mas ela tinha aquele emprego. Daí a patroa dela teve um câncer, chamou ela e chamou meu pai, na época né, que até então era marido daquela senhora, eles tinham um situação financeira melhor, bem melhor, tanto que minha mãe era empregada deles, e ela chamou minha mãe e o meu pai, e pediu pro meu pai: eu vou morrer, porque eu tô condenada à morte, mas eu só vou morrer tranquila se eu souber que a partir da minha morte a Maria, que é a minha mãe, vai continuar cuidando de ti João, e você vai cuida dela. Então aquele pacto ali, na real mostra que minha mãe nunca amou meu pai e meu pai nunca amou minha mãe, foi no leito de morte daquela mulher, que queria morrer tranquila que sabia que minha mãe era uma pessoa boa, trabalhadeira, sofrida, que tinha quatro filhos pra criar, e ela queria que o meu pai ficasse com a minha mãe. Aí meu pai jurou para aquela mulher que ele amava de paixão, depois mesmo de eu estar adolescente tinha foto daquela mulher na parede e todo mundo que entrava na casa ele dizia: Oh essa aqui foi a mulher da minha vida, eu até ficava assim com pena da minha mãe, e a minha mãe chamou meu pai por muitos anos e anos de seu, seu João, aquela questão assim que ela era empregada dele, ela era acostumada chamar ele de seu, de senhor. Até que eu também lembro, que ele falava Maria, agora nos casamos, somos casados, não precisamos mais me chamar de seu João, eu sou teu marido me chama só de João. Mas tu via ali que não tinha amor, tinha uma sei lá ... minha mãe era

grata a ele, porque quando aquela mulher morreu minha mãe foi morar com ele, casaram no civil, e meu pai deu pra minha mãe tudo que ela tinha perdido, só não os filhos que haviam morrido, que ela perdeu cinco, e deu mais quatro filhos pra ela, uma era eu. Eles se tornaram evangélicos por muitos e muitos anos, aí tiveram mais quatro filhos, eu sou a caçula, e ela tinha dois filhos homens e uma mulher. E não sei se já contei que meu pai idolatrava muito aqueles filhos homens, porque com a outra ele não tinha tido filho nenhum. E como eles eram nordestinos, eles assim achavam que o filho homem que dava a continuidade ao nome da família, então meu pai idolatrava muito aqueles dois filhos homens que ele tinha. As filhas mulher ele não dava valor, que era eu e a minha irmã. Tanto que minha irmã bem nova já saiu de casa, arrumou um cara e se juntou, meu pai foi contra, quis matar ela e matar o cara, e não conseguiu, foi quando ela veio pra São Paulo, foi daí que mais tarde eu fui parar em São Paulo.

É possível observar que, na época dos fatos contados por Lúcia, a família brasileira possuía um perfil diferente da contemporânea, prevalecia o modelo familiar moderno, onde os casamentos eram fundados na reciprocidade de sentimentos e desejos, havia divisão do trabalho, bem como na responsabilidade dos cuidados com os filhos. Não era o caso da mãe de Lúcia, que já havia sido casada e que trabalhava pra sustentar a família sozinha, pois possuía um marido alcoolista. A família era extensa, com número grande de filhos, onde havia preferência por filhos homens. O casamento da mãe de Lúcia se materializou em um contrato de obrigações de marido e mulher. Todavia é percebido que pouco tempo depois a irmã mais velha de Lúcia vai embora de casa para casar-se por amor, pois seu pai não aceitava seu namoro. Lúcia então continua:

Eu devia ter uns 9 ou 8 anos, esse meu irmão começou a abusar de mim, meu irmão mais velho, só que como esse meu irmão meu pai idolatrava ele né, eu chamei minha mãe na época, contei pra ela. Eu até acredito, Aline, assim, eu lá conversando com as meninas lá da Casa Lar a história, elas falaram: Lúcia, foi um ato de amor que tua mãe fez, mas eu não entendia dessa forma. Eu achava que minha mãe simplesmente fingiu que não viu, não acreditou ou queria mais era que eu continuasse a ser abusada, sei lá. Na época minha mãe me ameaçou, disse: não fale mais isso, teu irmão não faz isso, o que você quer? Teu pai mata teu irmão e vai pra cadeia, não conte pra ninguém! Aí foi dos nove aos onze, eu não era mocinha ainda, aí com doze anos eu fiquei mocinha, aí foi quando ela me deu uma passagem só de ida pra São Paulo pra morar com essa minha irmã e hoje adulta como eu sou, eu acho que ela fez um ato de amor como já tentaram me explicar isso, porque assim oh, enquanto eu não era mocinha, não ia aparecer barriga não ia ter consequência, mas eu sofria o abuso. Hoje eu fico tentando me por no lugar dela, vamos supor: o Júlio abusando da Mariana, qual seria minha reação, eu não

queria ter que denunciar e ir e prender o meu filho, para proteger a Mariana, sei lá. É complicado, porque naquela época se meu pai soubesse ele mataria meu irmão, mesmo idolatrando ele.

Conforme Baptista (2008), os contextos das famílias que possuem filhos em instituições de acolhimento com variadas histórias descrevem situações vivenciadas onde estão presentes as diversas formas de violência e vulnerabilidades. Neste caso temos, além de violação de direitos básicos, a violência que está expressa em abuso sexual praticado por seu irmão e onde a mãe encoberta na tentativa de proteger o filho. Em relação a sua ida para São Paulo perguntei como havia sido, e ela respondeu:

Minha mãe me deu uma passagem só de ida pra São Paulo eu fui e fiquei, conheci o Rogério. Isso, aí morei com a minha irmã durante dois anos, só que a promessa da minha irmã era assim, ela pediu para a minha mãe, pra minha mãe me mandar pra lá, porque minha irmã trabalhava na casa de família, só que ela tava grávida de outro bebê, ela já tinha uma menininha de 4 anos, a minha sobrinha preferida. Aí ela falou, não eu quero que a mãe mande a Lúcia pra cá, pra Lúcia ficar com a Cíntia que eu trabalho, e eu vou ter mais um bebê, daí aqui não tem creche, porque em São Paulo é difícil demais conseguir vaga em creche, é não só em São Paulo, é porque assim em São Paulo as creches recebem crianças dos 4 meses, aqui é mais difícil porque a criança já tem que ter saído das fraldas, tem a mamadeira também, se não tu não consegue, lá com 4 meses tu já consegue, só que daí tem que enfrentar um fila de espera, que é bem maior que aqui, tu tem que provar que tu realmente trabalha, porque tem um monte de mãe que não trabalha e é dado prioridade para as mães que precisam pra trabalhar, e eles são bem rígidos né, pra eles dar a vaga eu vou lá com a minha carteira [de trabalho] mostro pra eles, que eu trabalho tô em licença maternidade, vou ter que voltar a trabalhar, eles olham minha carteira, ligam pra empresa e ainda vão na minha casa visitar pra ver se eu realmente tô trabalhando ou tô dormindo. Como muitas mães fazem, entendeu? Aí tem mães que não têm o que dar de comer pro filho ou que o marido tá preso, aí é mais fácil vaga pra ela, é mais fácil ela conseguir do que eu, que trabalho e posso pagar, entende? Se tiver uma mãe desempregada, que paga aluguel ou que mora de favor, marido tá na cadeia, que ela não tá conseguindo emprego que tá passando necessidade, essa daí entra na minha frente, eu posso tá trabalhando, provar que tô trabalhando, mas aquela ali eles dão prioridade também pra essas, que no entender deles, de fato, precisam muito mais do que eu. Eu posso pagar uma escolinha, um lugar, uma pessoa pra olhar, aquela pessoa não tem salário pra pagar...

Podemos verificar a ausência de proteção social, onde por falta de uma intervenção de proteção do Estado através de políticas públicas de direitos, coloca a

família em situações de risco, pois sem ter a quem recorrer a família obriga-se a criar estratégias arriscadas, no caso, tendo que ir trabalhar, a irmã deixa sua filha aos cuidados de Lúcia, que ainda era uma criança. A infância é interrompida, fases importantes para o desenvolvimento de uma vida adulta são puladas. Por ter que ajudar a família nos trabalhos domésticos e ter que assumir as responsabilidades de um adulto, Lúcia se vê obrigada a amadurecer mais cedo. Sendo que a forma que a família encontrou para prosseguir sua sobrevivência trouxe um prejuízo para Lúcia, que foi forçada a ir embora do seu lar. No entanto, o que acontece geralmente é o julgamento da família como irresponsável, incapaz por não cumprir com o seu dever de proteger os filhos. O Estado liberal desconsidera que o modelo de família nuclear não é o que prevalece na sociedade, nem na época dos fatos ocorridos tampouco na contemporaneidade. Pois, conforme foi estudado anteriormente, nos anos 70, com a crise do Estado de Bem-Estar e com a entrada do pensamento liberal, como coloca Miotto (2008, p.139) “dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor de suas famílias na provisão do bem-estar”. Porém, as diferentes condições sociais e das possibilidades da família em prover a proteção e bem-estar de seus membros são distintas, pois sem acesso aos bens e serviços as famílias empobrecidas possuem apenas o recurso do trabalho e da solidariedade familiar para poderem viver (Miotto,2008). Lúcia continua:

Eu fiquei ajudando minha irmã em São Paulo a cuidar dos filhos dela e da casa, só que eu sentia falta de ter meu dinheiro, ela me dava teto e o que comer, mas se eu tinha vontade de roupa diferente ou algo diferente não tinha como, fui me sentindo explorada. Aí eu comecei a trabalhar de garçoneiro numa pastelaria, continuei morando com a minha irmã, na época eu era empregada da minha irmã, só que minha irmã não me pagava. Daí fiz amizades com coleguinhas que trabalhavam fora e andavam bem vestidinho e eu queria aquilo pra mim, e a minha irmã não podia me dar. Daí eu fui e arrumei um emprego numa lanchonete como garçoneiro. Trabalhava das 18h às 22h, eram 4 horas.

Conforme estes relatos é possível verificar como o início da adolescência foi permeada de diferentes privações, acontecendo a inserção prematura no trabalho e a precariedade de suas possibilidades de frequência escolar, visto que em dado período ela trabalhava para a irmã e em outro na lanchonete. Quando questionei sobre como conheceu Rogério ela disse:

O Rogério frequentava essa lanchonete onde eu comecei a trabalhar, ele era cliente com um amigo dele que até então eram primos, primos de boca, né. E como eles eram acostumados a frequentar aquela lanchonete, antes de eu estar ali, já tinham conhecido todas as gurias ali, como eu era nova os dois fizeram uma aposta de uma caixa de cerveja, pra ver qual dos dois que saíam comigo primeiro. Então na real eles entram ali me olharam, gostaram e como eu era nova nunca tinham me visto né, vamos ver quem sai com ela primeiro, os dois fizeram a aposta. Esse amigo dele, esse primo dele investia bem mais. Me dava caixinha, me dava flores, e o Rogério não, sempre na dele. Mas desde o primeiro momento que eu bati o olho nele, sabe assim, era um homem lindo, era o homem da minha vida. E ele nunca dava bola, tava toda vida muito sério, tava fazendo a aposta, mas não chegava em mim, e o amigo dele sempre se oferecendo. Até que um dia a lanchonete fechou, às 23 horas, naquele dia eu trabalhei até mais tarde, e na hora que eu saí da lanchonete quem tava lá fora? O Rogério, bêbado, bêbado, caindo de bêbado. Tirando os documentos pra fora, mostrando: oh porque eu trabalho na empresa tal, porque eu tenho emprego, porque desde do primeiro dia que te vi gostei de ti, que não sei que, eu não sou vasilha. E eu: calma, calma, calma. Aí ele começou a guardar os documentos de volta não tem, mas assim até pra ele chegar em mim ele teve que beber, porque não teve coragem de chegar são. E ele tinha realmente sentimento por mim, não era aquele lá que só queria... Daí aquela noite ali a gente conversou, eu falei calma, tu tá bêbado. Ele: tá, mas posso te levar em casa. Eu disse não, eu moro com a minha irmã, minha irmã vai achar ruim se te ver comigo, já vai achar que eu tô querendo carregar homem pra lá. E ele perguntou se podia me esperar ali no outro dia, e eu disse que podia. Aí no dia seguinte, mais cedo ele tava esperando, a gente conversou e eu não sabia da aposta, a gente conversou a gente saiu, eu tomei um suco e comi um xis salada, na época eu não bebia ele deve ter tomado um chope, uma cerveja, não lembro mais.

Quando Lúcia conheceu Rogério, ele já fazia uso abusivo de álcool, ela não bebia ainda, porém vivia exposta a essa realidade, mesmo sendo adolescente. De acordo com Mansur (1984, p. 27 apud Brida), “os fatores que podem levar ao alcoolismo são variados, envolvendo aspectos de origem biológica, psicológica e sociocultural. A dependência do álcool é condição frequente, atingindo cerca de 10% da população brasileira.” Posteriormente Lúcia passou a ser dependente do álcool, assim como Rogério. A falta de conhecimento sobre o alcoolismo reconhecido enquanto doença faz com que com senso comum das pessoas julgue o alcoolista como irresponsável e desinteressado da família (BRIDA, 2009). O fato de Lúcia ser alcoolista foi apresentado de forma indireta à equipe técnica da Casa Lar, a principio nos atendimentos ela relatava o alcoolismo de Rogério, até que em atendimentos com os filhos e posteriormente com Lúcia, a equipe foi percebendo que ela também era

dependente de álcool. De acordo com Brida (2009), a doença do alcoolismo reflete nos membros da família manifestando-se através de rupturas, desorganizações das relações interpessoais e prejuízo para o desenvolvimento dos filhos que convivem diretamente com esse problema.

É possível verificar que este não é um fato isolado, grande parte das famílias que possuem crianças e adolescentes em instituições de acolhimento têm histórico na família de uso de álcool ou drogas. Sendo esta uma demanda de caráter coletivo, foi criada em maio de 2007, por meio de decreto do Governo Federal nº6. 177, a Política Nacional sobre Álcool e mais recentemente, em 2008, temos maior atenção do Ministério da Saúde. Ações de prevenção, promoção e proteção à saúde ocorrem por meio do SUS, através de aparelhos especializados como os Centros de Atenção Psicossocial álcool/drogas (CAPSad) já citados anteriormente, e ainda não-especializados como as unidades básicas, programas de saúde familiar e hospitais. Conforme Oliveira (2006 apud Brida, 2008, p. 34) :

Essa política do Ministério da Saúde para a atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas, trata-se de um marco teórico-político que rompe com abordagens reducionistas e considera a presença das drogas nas sociedades contemporâneas como um fenômeno complexo, com implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas; e que, portanto, não pode ser objeto apenas das intervenções psiquiátricas e jurídicas nem tampouco de ações exclusivas da saúde pública.

Lúcia conta que este não foi o motivo pelo qual ela se afastou de Rogério naquele momento, sendo que o motivo foi uma suposta “brincadeira” por parte do amigo:

Aí no terceiro dia esse amigo, suposto primo, voltou na lanchonete, porque supostamente o Rogério devia ter dito pra ele: oh consegui, né. Aí esse primo dele voltou na lanchonete e falou: Escuta, é verdade que tu saiu com o meu primo? Eu respondi que sim, aí ele disse: Não, é porque meu primo é casado, pai de quatro filhos, que tu tivesse com ele? Eu respondi: Tive nada, a gente só saiu, aí contei que tínhamos ido lanchar. E ele: Ah tá, vocês não fizeram nada então? E eu: Não, não. Nos só saímos e tomamos. Aí então resumindo, quando o Rogério me procurou de novo eu disse: Não, não te quero tu é um homem casado, eu não me envolvo com homem casado. E ele: Não, eu não sou. Eu: Não, tu é um cara casado, sabe aquele teu amigo lá aquele teu primo? Ele veio aqui e falou. E ele:

Meu Deus Lúcia, não sou casado. Mas ele não queria me falar da aposta, o Rogério não queria falar. E ele não nada haver Lúcia vamo conversar, e eu dizia não tu é um cara casado eu não quero nada contigo. Daí eu não quis mais saber dele.

Lúcia fala que em seguida relacionou-se com outra pessoa, sendo que esta pessoa lhe auxiliava muito materialmente. Ela passou a depender materialmente e emocionalmente desta pessoa que lhe passava segurança e proteção:

Aí passaram meses, eu namorei outro, fiquei noiva do outro, me arrumei pra casar com o outro, até que no dia do meu noivado o outro convidou uma amiga dele lá no noivado que era amante dele e eu não sabia e a amante dele apertou a minha mão e falou: prazer em te conhecer, espero ser convidada pra comer o bolo do teu casamento... e ... esse meu noivo me bancava de tudo, ... pera aí, daí eu saí da casa da minha irmã, primeiramente eu saí daquela lanchonete e fui trabalhar em uma padaria, o Rogério foi pro Mato Grosso do Sul, o Rogério ficou lá uns dois anos no Mato Grosso do Sul. Aí eu esqueci dele. Aí eu comecei a trabalhar no outro emprego, na padaria, quando eu conheci o motorista que entregava leite pra padaria, me apaixonei por ele, aquilo foi assim amor à primeira vista, começamos a namorar, aí a minha irmã foi contra, dizia a Lúcia é de menor, eu não quero que a Lúcia namore eu devia ter uns 15 anos, porque eu voltei pro Rogério mais ou menos quando eu tinha 18 anos, quando eu conheci o Rogério eu tinha 14 anos. Então com 15 que eu conheci ele o entregador de leite, aí namoramos uns dois anos, mobiliou uma quitinete, e ia me dar um vestido pra gente casar, era o meu sonho, aí parei de trabalhar, porque ele não deixava.

Ela ainda acrescenta algumas informações que mostram seu sofrimento e angústias referente aos relacionamentos que teve.

Quando eu conheci ele eu trabalhava na padaria, aí apresentei ele pra minha irmã, ela não gostou, achou ele muito mais velho que eu, que ele era um homem muito bonito pra mim, muito bonito mas não chegava aos pés do Rogério né, porque antes o Rogério era um homem lindo, sabe assim, eu saía na rua com ele, não tinha quem não olhasse, chamava atenção, todo mundo olhava e falava, pô que esse cara tá fazendo com essa negrinha, né, porque ele era grandão era fortão, sabe e naquela época era uma moda, pelo menos lá em São Paulo de usar aquelas jardineiras jeans, sem camiseta e o Rogério era bem peludão assim, ele era um homem muito bonito, só que ... só por fora sabe, quando passa a conhecer a pessoa por dentro. É por isso que hoje em dia assim, eu não me apego mais em beleza, de corpo, beleza de rosto, eu quero conhecer o conteúdo, é isso que eu procuro, por isso que eu acho isso que importa né, é a pessoa por dentro, a personalidade e o caráter principalmente o caráter, porque se tu tem

caráter tu vai em qualquer lugar, tu entra, tu sai de qualquer lugar, agora se tu não tem, aquela coisa assim de palavra né?

E continua falando sobre sua personalidade comparando com as vivências anteriores. Lúcia é responsável com seus compromissos e isso foi percebido durante o estágio nos comparecimentos aos atendimentos e visitas na Casa Lar, bem como nos PAEFI. :

Se eu digo que eu vou eu vou, ah eu faço, ah tá, igual tu, a Lúcia vou aí, aí eu digo pode vim, aí tu chega aqui eu não tô, então quer dizer que... de repente eu até poderia não estar por uma emergência um problema, mas eu iria fazer o possível pra te avisar, oh Aline hoje não vai dar. Eu não ia deixar que tu viesse, essa coisa de promessa, não é comigo eu não prometo nada, eu prefiro fazer sabe, eu sou aquele tipo de pessoa que gosta de surpreender. Tipo assim, tu me dá teu endereço e diz, oh Lúcia vai lá em casa tal dia, eu não vou te prometer, aí quando tu menos esperar eu apareço sabe? Eu não sou assim Aline, de dizer pode esperar amanhã eu vou, aí tu espera, igual as visitas do pessoal da Casa Lar, eu sempre comparecia diretinho, credo e quando não podia eu ligava avisando.

Questionei onde ela foi morar após sair a casa de sua irmã e ela afirma:

Quando eu saí da casa da minha irmã, o cara que eu fiquei noiva, como minha irmã era contra o meu namoro, como eu era de menor e na cabeça dela eu ainda era virgem, mas eu não era mais, porque meu irmão lá atrás tinha tirado minha virgindade, e ela não queria se comprometer. Quando ela viu que meu namoro com esse rapaz tava sério, ela disse: Lúcia eu vou te mandar de volta pra casa da mãe. O medo dela era que eu, de menor, arrumasse uma barriga, pra ela criar né, porque na cabeça dela o homem não ia assumir, só ia fazer e sair fora. Ela disse: Lúcia eu não preciso mais de ti agora, porque aquele filho que ela tava esperando ela perdeu e na real ela queria que eu fosse pra cuidar lá daquela menina de 4 anos e ela tava grávida ia ganhar mais um e eu ia ter que cuidar de mais um não tem, pra ela continuar trabalhando e mantendo a família, ajudando o marido a manter a família. Só que ela não me dava nada, quer dizer me dava comida e moradia, mas na época eu já era usuária de cigarro, ela não aceitava que eu fumasse e eu sentia falta, sentia necessidade de fumar, porque eu já vim de Pernambuco fumando e eu queria fumar e ela não deixava e eu ficava doída, ia pra rua pedia pros outros. Daí pensei, trabalho pra ela, não ganho salário, não tenho dinheiro nem pra um cigarro, tô fazendo o que aqui? Daí ela queria que eu voltasse pra Pernambuco, aí eu arrumei esse emprego na padaria. Aí ela disse assim, não tu não vai trabalhar na padaria, eu te trouxe aqui pra ti trabalhar pra mim. Eu disse: Pois é, mana, mas eu trabalho pra ti e não ganho nada. Eu tenho que ter meu dinheiro, quero comprar meu cigarro, quero comprar minha roupa. E ela: Não tu vai ter que

ficar aqui pra trabalhar pra mim, ou então tu volta pra casa da mãe. Eu falei não pra casa da mãe eu não volto. Aí quando eu conheci esse rapaz que eu namorei e depois fiquei noiva, ela escreveu pra minha mãe, porque não época não tinha telefone, dizendo: Mãe eu vou mandar Lúcia de volta. Ela disse que ia mandar o marido dela comprar a passagem de volta pra casa da mãe. E eu disse não, agora eu não vou voltar, agora não, eu já tinha um emprego, namorado, tava apaixonada, voltar eu não.

Aí nisso esse meu namorado conhecia duas amigas que eram mãe e filha, as duas moravam sozinhas, pagavam uma quitinete. Aí meu namorado chegou e disse: Lúcia, tua irmã não quer mais tu lá, oh arrumei um lugar pra ti, eu tenho duas amigas que eu conheci, tu vai morar lá com elas que eu vou pagar a tua parte no aluguel, tá e o dinheirinho que tu ganha na padaria é pra ti, a tua parte eu pago. Tá eu falei, agora só preciso convencer a minha irmã disso. Aí ele disse: não eu vou mandar a Rita, que era a amiga mais velha que morava na quitinete, pra ir lá conversar com a tu irmã.

Aí essa Rita foi até na casa da minha irmã à noite. Bateu lá chamou a minha irmã, eu fui lá atendi, ela veio e disse oi eu sou a Rita amiga do Wagner. Daí ela entrou e falou com a minha irmã: Oi dona Rute, eu sou a Rita e assim conheço a Lúcia, mentira que ela nem me conhecia, conheço a Lúcia ela trabalha na padaria, tô sabendo que você não quer mais que ela fique aqui, e eu gosto muito dela, não quero ela vá embora e eu moro com a minha filha e queria levar ela pra morar comigo. Aí a minha irmã já desconfiou né, porque nunca tinha visto eu falar dessa Rita lá. Então ela já disse, não, a Lúcia não vai lá morar com você, porque a Lúcia é de menor e ela esta sob minha responsabilidade, eu já escrevi pra mãe e eu vou mandar ela de volta pra Pernambuco mês que vem. Porque eu precisava da Lúcia aqui porque eu tava grávida, agora eu não tô mais grávida, perdi o bebê, então eu vou mandar a Lúcia pra casa da mãe porque a Lúcia já tá namorando, a Lúcia já tá aprontando, prefiro mandar ela de volta pra mãe que daí a responsabilidade é da mãe porque ela é de menor e eu não quero me incomodar. Daí a Rita falou, não dona Rute, se a senhora quiser a senhora pode ir na minha casa, eu moro com a minha filha, sou uma boa pessoa, eu trabalho. Não dona Rita a senhora me desculpe, mas eu já decidi e vou mandar a Lúcia de volta. Daí a Rita foi embora. Aí eu chorei, chorei, chorei, porque não queria ir embora, aí eu dei uma de louca e falei: Olha aqui, eu não queria vir pra cá, eu vim com a passagem só de vinda, eu vim porque tu pediu pra mãe pra que eu viesse. Mas na real a minha mãe me dispensou né pra que não acontecesse o pior né. Hoje eu vejo dessa forma. A mãe me deu uma passagem só de vinda a mãe não quis saber se eu queria vir, eu não queria vim, queria ficar com a mãe, agora eu não quero ir, e não vai ser tu que vai me forçar a voltar, eu falei pra ela. Eu vou morar com essa Rita aí, e seja o que Deus quiser. Peguei minhas coisas, minha bolsa, minha sacola de roupa e fui.

De acordo com Miotto (2001, p. 111) “as famílias vivem pressionadas entre exigências de cumprimento de deveres prescritos, que é cuidado e proteção dos seus membros, e a ausência de condição para tal” em contrapartida temos os projetos

individuais. Lúcia foi privada dos pais em uma fase muito importante de sua vida, para auxiliar sua irmã, amadureceu precocemente e logo tinha uma possibilidade de mudar sua vida. Sua irmã enquanto responsável, acreditando que seria o certo mandá-la de volta para os cuidados da mãe em Pernambuco, assim também resguardava-se da responsabilidade que tinha sobre Lúcia, não aceitando a proposta. Mesmo assim, Lúcia decidiu ir viver sua vida sem depender de sua família de origem, mas passou a depender materialmente de seu namorado.

Aí morei lá, meu namorado na época me ajudou muito, namoramos dois anos, ele me bancava de tudo, na minha casa não faltava nada, nada, nada. Até que ele se engraçou pra uma mulher casada. E daí fizemos a festa de noivado, ele convidou essa mulher casada pra ir na festa de noivado e eu nunca esqueço. Ela era linda Aline, linda, sabe assim é bem pior tu perder pra alguém melhor do que tu. Se tu perde pra uma mais feia, tu fala: Ah, ele saiu perdendo. Agora quando tu perde pra uma que tu vê que é mais bonita que tu, sabe eu me senti na época um nada, eu amava aquele homem meu Deus. Só que depois dele veio o Rogério, só que eu já tinha conhecido o Rogério antes, mas daí tive toda essa trajetória aí, depois continuei a morar com essa minha amiga, só que antes de acabar o noivado, quando ele começou a me trair, ele me arrumou um trabalho de doméstica, coisa que antes ele não queria que eu fizesse. De repente ele resolveu oh tenho um amigo que tá precisando de uma empregada doméstica lá em São Caetano do Sul, não era São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, imagina pra quem que eu trabalhei? Pra mãe do Cazuza, eu fui doméstica da mãe do Cazuza, e na época ele era vivo ainda, me dá até arrepio. Daí ele arrumou emprego pra mim lá. Aline lá era um apartamento de 18 cômodos, apartamento pra nós é coisa pequeninhas né aqui pra nós, era a coisa mais linda, tinha uma empregada pra cada coisa, eu era só pra tirar pó. Aí tinha uma faxineira, uma cozinheira, uma só pra cuidar das roupas, tinha dinheiro né amiga. Eu ia de segunda a sexta, e final de semana eu ia pra casa e via meu noivo. Aí teve um final de semana que eu disse pra ele que eu não vinha, porque minha patroa ia precisar de mim naquele final de semana, e eu não podia vim, eu fiquei triste que não ia ver o Wagner liguei pra ele pra avisar, mas era tudo que ele queria porque ele ficava com a outra. Só que lá pela tantas a minha patroa me chamou disse, o Lúcia pode ir pra casa, porque a visita que eu tava esperando não vai vir mais. A Rita que era nossa amiga, já sabia, só que ela não queria perder aquele padrão de vida que ele dava pra nós, tinha coisas diferente pra comer, carteiras e carteiras de cigarro, e elas não queria perder isso, tanto que com o Rogério elas odiavam, porque o Rogério não pagava nada, quando a gente ia no restaurante, na hora de pagar a conta ele dava um jeito de ir no banheiro e quando voltava já tava paga a conta [risos].

Eu voltando do trabalho naquele final de semana, quando eu desci do ônibus eu feliz ia procurar ele dizer amor tô aqui, bem na esquina onde eu desci tinha uma pizzaria, e ele tava lá com a outra, quando eu olhei assim eu esfreguei os olhos e olhei de novo e falei não, não é. Aí eu fui até lá, e falei o que é isso? Que significa isso? Ele perdeu

a cor, e ela tava bem tranquila assim. Daí ela disse ele vai ter que escolher entre nós duas, e eu disse, escolher não eu não sou objeto, se eu fosse suficiente pra ele, ele não tava contigo, se ele tá contigo é porque tu é melhor do que eu. Eu falei aquilo, mas não era aquilo sabe, eu queria ser melhor que ela e eu não era melhor que ela, fisicamente, aparentemente, tanto que ele me procurou dois meses depois e disse: Lúcia você é uma mulher que eu quero pra casar, ela é a mulher que eu quero ter como amante. Eu disse não querido, tu vai ter que resolver, não dá pra dividir essas coisas a gente não divide. Ela era uma mulher bonita que ele queria andar com ela na rua tipo um troféu, e eu era a feinha empregadinha dele que ficava em casa. Aí sofri ali com o fim do namoro.

Quando Lúcia foi traída, sua autoestima ficou muito baixa, ao ponto de se julgar inferior a amante de seu noivo. Para ela foi uma derrota, onde havia perdido seu noivo para outra. É percebido que há um acúmulo de fracassos no seu plano individual. Lúcia fala como Rogério reapareceu em sua vida:

Aí sabe aquele primo do Rogério que fez a aposta, eu reencontrei com ele, por acaso, aí perguntei como ele estava e ele perguntou como eu tava, eu falei que tava bem, ele perguntou onde eu tava morando, eu disse que continuava ali só que agora não morava mais com a minha irmã, que tava morando com umas amigas, aí eu levei ele pra minha casa. E a Rita se engraçou com ele e ele com ela e ele começou a frequentar a nossa casa. Aí eu falava pra Rita que conhecia ele há anos, bem antes do Wagner, tá continuou a amizade, e isso o Rogério no Mato Grosso. Aí esse Wagner tinha uma madrinha, esse meu ex-noivo que ficou com a outra, ele tinha essa madrinha e eu adorava ela e ela me adorava, aí ela deu um churrasco na casa dela, e me convidou, eu ia com esperança de ver o Wagner porque ele tinha brigado com a outra, ela dizia vamo lá ele brigou com ela, ele ligou pra mim ele vai tá lá, vamo de repente vocês voltam, aí né eu já fiquei animada. Aí nisso, Aline, essa minha amiga convidou esse meu amigo que era primo do Rogério, ele disse que ia. Aí tá foi todo mundo pro churrasco, e eu fiquei em casa me produzindo queria ser a mais bonita da festa, queria chamar a atenção do Wagner, até que uma colega dessa Helena que me convidou que era madrinha lá do meu ex noivo, a colega dela veio e falou, tá Lúcia tu não vai? Daí ela olhou e falou ai Lúcia nem adianta tu ficar se produzindo assim, porque o Wagner não vai mais, ele voltou com a outra. Aí aquilo ali pra mim, não tem? Foi uma balde de água fria, aí nisso o Rogério tinha voltado e esse colega dele que frequentava minha casa levou ele na festa. E o Rogério jamais imaginava me encontrar lá e eu ele, imagina a vida tinha dado uma reviravolta. Eu já tinha ficado com outro, já tinha ficado noiva, ele já tinha ficado no Mato Grosso esse tempo todo, eu não gostava mais dele e nem lembrava mais que ele existia, aí o amigo foi lá em casa e disse: ah tu não vai lá Martinha? Eu disse não, o Wagner não vai tá lá, vou lá fazer o quê? Ele disse, vamos lá que eu tenho uma surpresa pra ti. Mas eu nem imaginava, aí eu fui. Aquela minha colega que ficava com o primo, amigo do Rogério, a Rita eles ficaram um tempo junto aí não deu mais certo e ficaram só na amizade, aí lá na festa ela

tava lá sentada no colo do Rogério. E o amigo queria mostrar pro Rogério que tava comigo, mas ele não tava comigo me puxou pra dançar, e o Rogério tava no canto, no escurinho assim com essa minha amiga sentada no colo dele, eu nem reconheci o Rogério. Aí o Rogério quando me viu ficou surpreso acho que quando ele me viu ali, esperava encontrar Deus ali menos eu. Aí ele tirou ela do colo dele. Não sei se ele foi pensando em pro Mato Grosso, mas o Rogério é uma pessoa muito fechada, eu vivi vinte anos do lado desse homem Aline, nunca ouvi um eu te amo um te quero, eu preciso de ti, nunca. Ele dizia que amor era provado pelas atitudes. Só que ele provou mesmo com atitudes, mas a gente que é mulher gosta de ouvir. Para Mariana ele fala: eu te amo, sua linda, meu anjo. Então eu e o Rogério começamos a namorar, a família dele não me aceitava. Depois que eu fiquei grávida da Ângela, com 18 anos, a família dele era contra ao nosso namoro, eles eram uma família tradicional de São Paulo, religiosa, e eu ali sem família, pra eles eu era uma qualquer, depois teve a questão racial de cor, hoje em dia né nem pode mais, mas na época, vinte anos atrás não tinha essa... o pai dele chegou a falar, pô não tinha uma mais branquinha pra tu engravidar, tinha que engravidar uma negra? Mas tudo bem, no final o pai dele morreu apaixonado por mim, quando ele chegou a me conhecer ver quem eu era, me queria não como sogro, queria até me tomar dele como mulher.

A questão do preconceito racial ainda está muito impregnada na cultura brasileira, principalmente na ocasião dos fatos. Mãe ainda adolescente, foi mandada para Pernambuco grávida para os cuidados de sua família. Porém logo Rogério foi buscá-la:

O pai dele não me suportava na época, o Rogério me engravidou, a família se reuniu toda, e me deram uma passagem igual a minha mãe fez, só de ida, só que pra Pernambuco. Me mandaram pra Pernambuco grávida de 5 meses, porque não me queriam, nem minha filha. Ele, o Rogério por sua vez como não trabalhava, dependia de papai e mamãe, arrumou um emprego, conseguiu juntar dinheiro em um mês, só pra ir me procurar. Foi uma das primeiras provas de amor que ele me deu. Só ele ter feito isso, ele sabia que eu tava grávida, esperando um filho dele, ele foi sem nem conhecer pra onde ele tava indo, essa foi a primeira prova de amor que ele me deu. A segunda prova de amor que ele me deu foi quando ele aceitou o Júlio como filho dele. Por isso que mesmo com tudo que aconteceu com a gente que a gente se desandou, cada um foi pro seu lado, eu tenho pena dele, sabe. Eu não tenho coragem de fazer nada pra ele. Acho que nas horas que mais precisei dele ele tava comigo. A segunda prova de amor que ele me deu Aline foi me aceitar grávida de outro homem, mesmo sabendo que não era dele, e amar esse filho como se fosse dele, sabe? Então assim, olhando por esse lado, não precisa falar eu te amo, eu te quero, mas a gente é mulher né e a gente quer ouvir isso aí, mas esse é o verdadeiro amor. Porque eu larguei dele, fui embora, engravidei do outro, assim em questões de palavras, como ele falava, quando o outro me meteu um pontapé na bunda era pra ele dizer agora que se ferre, mas não, ele me deu a mão e falou vem, vem que no que depender de mim, sabe? E quando eu ganhei o

Júlio, assim, Aline, ele sabia que não era dele e tudo, ele me respeitou os nove meses, me deu casa e comida, mas na hora de ganhar o Júlio eu pedi ajuda pra ele, mas ele disse: não, esse filho não é meu vai pede ajuda pro meu irmão, que também não era amigo do irmão dele, mas era meu amigo, né. E naquele momento ali, o irmão dele correu e me levou pro hospital. Quando eu ganhei o Júlio eu tive uma complicação do útero que começou a sair, eu fiquei internada e depois que eu voltei pra casa, eu tive uma briga feia com o Rogério, porque ele perguntou o que tu vai fazer agora da tua vida? E eu falei pra ele, eu vou procurar o pai e o Rogério não aceitou. Porque quer dizer, eu te aguento aqui os nove meses, aguentar esse guri chorando na minha orelha e tu vem me dizer que vai procurar o pai? Quis dizer que ele era o pai, porque na hora que eu precisei ele tava ali. Daí eu me internei de novo, eu tive uma infecção, os antigos dizem que eu quebrei o resguardo por causa da briga que eu tive com ele, né. Aí que aconteceu, o Júlio nasceu, o útero saiu, o médico costurou de tudo quanto é jeito, me deu a infecção. Eu voltei pro hospital de novo e eu com febre alta, febre alta, eu cheirava, que eu tava viva, mas parecia que eu tava podre parecia que tinha morrido, mas era a infecção que tava lá embaixo já tomando conta de tudo. Até que o médico que me atendeu, falou pra minha amiga, que eu tinha uma amiga assim muito amiga, e apesar de todo mundo ir lá me visitar ninguém percebeu a gravidade do meu problema e ela chegou pra mim e disse Lúcia, tu não tens condições de ficar aqui, meu Deus tu tá com febrão, tá fervendo, vamo lá vou te levar no hospital, e eu disse que não, e ela tu vai, praticamente me forçou e me levou pro hospital. Aí ela chegou no hospital e falou: A minha amiga ganhou neném faz três dias que teve alta e ela esta com febrão, não é normal. Daí o médico foi e me examinou e falou pra ela: ela vai entrar, mas eu não sei se ela vai sair, porque a infecção dela é muito grave... nossa até me dá arrepio. E naquele momento ali Aline, eu dei o Júlio, eu falei pra ela: Se eu não sair minha amiga, que naquela época o Júlio não era registrado, eu quero que você registre ele, que você crie ele. Ela disse: Tá, Lúcia, eu vou voltar lá na tua casa, pegar as roupinha dele, o leitinho dele. Lá ela falou pro Rogério, a Lúcia tá internada, e o médico falou assim, assim, assim e ela falou pra mim ficar com o Júlio pra mim e eu vim aqui só pra pegar o leitinho da criança e as roupinhas dele e a Lúcia pediu pra ele ficar comigo. Ele falou, não, se isso que tu tá falando acontecer realmente, essa criança vai ser criada com as minhas filhas, porque ele é irmão das minhas filhas. Foi essa a segunda prova de amor dele, porque se fosse outro, não queria nem saber do Júlio. Ele pegou o Júlio e não deixou ela levar, e disse a Lúcia vai voltar, e se ela não voltar, ele vai ser criado junto com as irmã dele.

Lúcia pôde contar grande parte da sua vida com seus companheiros e respectivas famílias, tanto no apoio emocional como no apoio financeiro e no cuidados dos filhos. Ela reconhece o acolhimento e apoio que Rogério lhe deu, e acha-se no dever de retribuir através de visitas aos filhos:

Por isso, Aline, que hoje em dia eu tenho um pouco de remorso, mesmo não tendo amor por ele, acabou, não tem mais, porque eu queria que ele fosse uma coisa que ele nunca foi, e assim eu consigo me relacionar, depois disso eu me relacionei com o Pedro e ele não consegue se relacionar, nunca mais se relacionou com ninguém, no fundo, no fundo, eu acho que ele ainda espera por mim. Tem horas assim que eu penso, meu Deus eu queria ter sentimento por ele, mas eu só sinto gratidão assim, porque nas horas que eu precisei, também sou incapaz de fazer o mal pra ele, tu acredita? Perante a Justiça ele não pode ver as crianças, mas eu não sou capaz de proibi-lo, as crianças querem vê-lo, entende? E ele assim eu sei que ele ama demais essas crianças, eu acho assim oh, que na real não foi comprovado nada, se eu soubesse que tudo ia se complicar que tudo ia se desencadear, eu jamais teria... eu teria investigado antes.

Quando chegamos nesta fala, tomei o cuidado de perguntar como surgiu a questão do abuso da filha Mariana e Lúcia responde que foi a própria menina que falou para ela:

Foi assim, eu e ele antes de engravidar dela, a gente morava junto mas não tinha aquela relação de marido e mulher, mas volta e meia a gente tomava uma cervejinha, ficava faceira, não tem? A gente ia lá fazia o que tinha que fazer, eu ia pro meu canto e ele ia pro dele. Só que eu me cuidava eu não queria engravidar, até que uma das vezes aí eu não me cuidei e engravidei da Mariana. E quando eu falei pra ele que tava grávida, ele disse que não era dele. Só que assim, Aline eu tinha consciência que era dele, porque não tinha outro. Apesar de uma vez na vida outra na morte, mas era com ele. Se eu tivesse outro eu ia ter dúvida ou sei lá, ou ia ter certeza que era de outro. Até que eu cheguei nele e falei que tava grávida, ele disse mas não é meu, procura o pai, porque eu mal vivi com isso aí. E eu disse: pois é, foi numa mal vivida que aconteceu. Ele não quis admitir que era, tanto que ele me desprezou a gravidez inteira. Quando ela nasceu e ele viu que ela era parecida com a família dele, é por isso que ele tem tanto amor, acho, deve ser um remorso por ele ter duvidado, que ele viu que ela era todinha ele, não sei se castigo, não sei, mas foi a que mais puxou pra família dele. E daí eu fiquei magoada com ele, ali acabou tudo mesmo, cara que não confia em mim, que pô fez o filho, a gente morava junto a gente criou junto ela. Depois que ela nasceu ele abraçou ela e disse é minha, é minha e eu disse, não é tua você não disse pra eu procurar o pai? Não, essa é minha ele dizia. Daí ele fez com a Mariana coisa que ele não fez nem com a Joana nem com Ângela.

Ela conta do apoio que teve de sua sogra, nos cuidados com Ângela e sentia certo ciúme da avó:

Quando eu tive a Ângela, eu morava com a minha sogra. A minha sogra praticamente criou a Ângela, que é a mais velha, criou e

dormiu com a Ângela, colocou o marido pra fora da cama pra poder botar Ângela a dormir com ela até a idade de 10 anos. Quando eu tive a Joana, a minha sogra continuava Ângela daqui, da Ângela de lá. E eu falei não, eu não vou perder pra minha sogra de novo, já perdi a primeira, essa eu vou por na creche nova, peguei a Joana e coloquei na creche, então com elas o Rogério não teve aquele contato, de pai e filha, de dar um banho, de trocar, de fazer a higiene depois dela fazer as necessidades, então antes tinha creche tinha minha sogra então o Rogério nunca preciso cuidar delas, depois que a gente veio morar pra cá, não tinha nada disso, era eu e ele, então na minha ausência ele fazia o papel dele de pai, ele dava banho, quando a Joana e Ângela não podia era ele que cuidava, a Mariana ia no banheiro ele ia lá com o papel higiênico e limpava ela, entendeu, com a Mariana ele participou mais e foi onde surgiu a suspeita do abuso sexual.

De acordo com Lyra et. Al (2008, p.85), como foi construído culturalmente, o papel do cuidado, do carinho materno fica a encargo da mulher. “Pensando nisso é complicado imaginar como, para alguns homens, o ato de cuidar e demonstrar carinho pode ser difícil, afinal, se eles foram repreendidos severamente, até mesmo com punições físicas, por terem tentado expressar carinho e cuidados na sua infância”, ainda pode acontecer de confundir cuidados, amor e carinho com a questão do abuso sexual, por isso essa questão é bastante delicada. Outro ponto importante a ser refletido foi que, com a mudança da família de São Paulo para Santa Catarina, eles ficaram sem o auxílio da rede de apoio primária, com quem eles podiam contar, que no caso era a família extensa de Rogério. A família com perfil contemporâneo, com três filhos, onde Lúcia e Rogério precisavam trabalhar, dividiam a responsabilidade do cuidado dos filhos. Porém Rogério, devido ao seu horário de trabalho, não pode mais ficar com os filhos, sem acesso a creche para Mariana, Lúcia pagava para vizinhos cuidarem da menina:

Eu coloquei a Mariana pra ficar aos cuidados de estranho, eu pagava, ela tinha um aninho e pouco já falava tudo, e foi quando ela começou a ficar com a mão dentro da calcinha mexendo. Eu disse: Tá, filha, o que tu tá botando a mão aí, tira a mão daí, não pode mexer, só quem pode mexer é a mãe. No início eu achava normal, mas tinha horas que ela mexia e esquecia da vida. Até que eu perguntei, quem que mexe aí? E ela: Meu pai que coloca o dedo. Aí entrei em desespero, chamei a madrinha dela, contei o que tava acontecendo, a madrinha dela disse: Não o Rogério jamais e aí ela perguntou pra Mariana e Mariana respondeu igual. Eu pensei meu Deus do céu, ela não tem maldade ela não ia inventar, agora com 6 anos eu sei que ela tem podia ser invenção, mas naquela idade. Foi quando eu procurei o Conselho [Tutelar].

Conforme prevê o ECA no seu artigo 129, temos as medidas aplicáveis aos pais e responsáveis, como o encaminhamento a programas oficiais de proteção à família, inclusão da família em programas de auxílio, orientações para tratamentos de dependentes de álcool e drogas, encaminhamentos para tratamentos de saúde, entre outros. Porém, conforme Alcântara (2010), nos casos de agressões graves, que inclui hipótese de abuso sexual, o artigo 130 do ECA prevê o afastamento do agressor do lar da criança ou adolescente-vítima:

Nos casos de agressões graves, o artigo 130 prevê, inclusive, o afastamento do agressor da moradia comum a criança e o adolescente-vítima, preservando os vínculos familiares dela, pois, em várias situações, quem é penalizada com o afastamento do próprio lar é a criança vítima, que pode ser abrigada, com o argumento de proteção, porém o que se percebe é a dupla vitimização com a retirada da criança da sua família. Caso essas medidas indicadas pelo conselho não sejam cumpridas pelos pais ou responsável da criança ou dos adolescentes, cabe ao Conselho Tutelar apresentar representações no Ministério Público (p.67).

Além de poderem perder o poder familiar, podem ser penalizados criminalmente. Lúcia conta que o Conselho apenas sugeriu que ela procurasse o PAEFI, na época o Programa Sentinela.

Eles encaminharam para o Sentinela na época eu sei que isso aí rolou, rolou uns três anos, ela fez exame, ela é virgem ainda, não teve a penetração, mas as técnicas falam que para caracterizar abuso não precisa de penetração só mexer já era abuso. Então quando eu procurei o Conselho, pra saber o que eu tinha que fazer, como agir, contei a história, a guria que tava lá estava no lugar de uma outra que tava de férias, mas também pelo que eu entendi ela não estava preparada pra estar ali, pra realizar o atendimento e me dar a orientação correta. Ela ligou pra que estava de férias pra saber o que tinha que fazer, e a outra parecia também não ter muita vontade, porque estava de férias, eu to de férias, não to trabalhando te vira, ela retornou pra mim e me mandou procurar o Sentinela. Aí cheguei no Sentinela, a primeira coisa que eles me perguntaram era se eu tinha feito boletim de ocorrência, eu disse que não, aí eles: A senhora tem que fazer pra que a gente abra um processo, e eu: Mas eu não quero abrir processo, eu quero que vocês me orientem como eu devo agir, primeiro eu quero fazer um exame na minha filha pra ver se teve ou não o abuso, porque se teve eu quero mais é fazer o boletim e botar aquele cara na cadeia, mas se não teve sabe, eu também não quero que ele seja julgado injustamente.

Mais uma vez a família não é tratada como protagonista, como sujeito da sua história, não lhe é dada autonomia de escolher o que fazer, há apenas imposições às famílias, no caso a imposição “a senhora tem que fazer o boletim de ocorrência”.

O primeiro atendimento que eu achei engraçado, no Sentinela eu acompanhei, depois durante uns três anos a minha filha fez atendimento todo mês, quando eu levava ela eu não podia tá junto, eles pegava, levavam a Mariana pra uma salinha, ficavam meia hora, uma hora depois me devolviam, eu não sei nem o que se passava ali. Aí eu comecei a achar errado aquele procedimento e comecei a desistir, porque assim, eu não tinha uma resposta delas, assim: Oh Dona Lúcia a sua filha a gente conversou com ela e o processo tá assim, assim tá acontecendo, isso não, eu ia lá levava e pegava parecia um objeto.

Com relação aos serviços prestados pela rede de proteção procurada por Lúcia, faz pensar no despreparo dos profissionais que trabalham na rede, em não informá-la nem dar as devidas orientações. De acordo com Souza (2000) há uma publicização da vida privada e a tutela da intimidade das famílias.

A publicização da violência de pais contra filhos, tornando-a visível, inscreve a família como alvo privilegiado da tutela pública. A criança que sofre violência no âmbito de seu lar só passa a existir como vitimizada quando o ato for comunicado, fazendo com que o sistema de proteção seja acionado. Quer seja sob denúncia ou notificação, a transposição de comportamentos da esfera da intimidade à esfera pública, em geral, acontece quando a violência é recorrente e seu grau de severidade ultrapassa “a margem de tolerância do público pelo excesso insuportável do privado.” Uma das questões cruciais nesse aspecto é o equilíbrio entre Estado e Família em relação à proteção da infância.(p.82-83)

Lúcia começou a não ter respostas dos serviços, o que a levou a parar de frequentar aos atendimentos, até mesmo porque o programa Sentinela exigia os comparecimentos sem levar em conta seu contexto e possibilidades. Assim acontece com a maioria das mães das crianças e adolescentes, trabalham para manter a família e um dia sem ir ao trabalho pode sair caro, aumentando mais ainda a vulnerabilidade desta:

Foi aí que eu comecei a desistir, porque eu perdia dia de serviço, eu perdi emprego, por causa disso, porque eu tinha vergonha de contar pro patrão porque eu tinha que faltar todo mês, aí tipo assim além do preconceito das pessoas julgarem, aí tipo assim eu faltava duas tarde no mês o patrão descontava 180 pila, pô, mas era já pra me punir pra mim não faltar mais, daí eu comecei a mandar as irmãs levar, aí

quando as irmãs queria levar levavam, quando não queriam não levavam. E eu achei assim muito demorado e como eu não tinha resposta, não sabia o que ia dar naquilo. Até que enfim me chamaram lá na delegacia, eles tinham mandado uma intimação por Rogério. A minha filha mais velha falou, mãe sabia que o pai recebeu uma intimação e tão procurando a mãe, daí eu soube o dia e o horário, depois que saí do serviço fui lá, mesmo sem intimação, o Rogério foi ouvido primeiro pelo escrivão, depois fui eu, o Júlio e as duas filhas, daí foi dado por encerrada a questão. Como não tinha prova, o escrivão até na época né aqui entre nós, né, falou que aquelas mulheres não estavam preparadas, que nos não tínhamos noção do trabalho que elas faziam com as crianças, que elas usavam bonecas com órgão sexuais, que talvez por isso não permitissem a minha participação e como não houve prova, que ele não via motivo nenhum pra continuar esse processo, foi arquivado. Ninguém nunca me falou isso na Casa Lar, mas eu tinha certeza. A questão Mariana já havia sido arquivada, por falta de provas, o que desencadeou isso, foi a Joana ter dado a surra no Júlio, foi onde o Júlio acionou o Conselho Tutelar, aí puxou a ficha lá, quem era o pai e a mãe aí olharam aquele histórico, foi aonde que desencadearam tudo. Mas assim pra dar um motivo a mais pra tirar as crianças da minha guarda e do Rogério. Porque se realmente tivesse prova, acho que ele tá pagando da pior forma, aí tu acha que eu tô errada em não proibi-lo?

Diante desta situação, concordamos com Ramos (2006 apud Alcântara, 2010), quando estes autores colocam que o Estado parece só se fazer presente para coibir e reprimir a família. A autora coloca que, durante séculos, a família foi autônoma na criação e educação dos filhos e que a questão da infância não tinha tanta visibilidade, recentemente que as “famílias vêm sendo tuteladas pelo Estado e reguladas a partir de normas que estabelecem procedimentos a serem seguidos, sob pena de interferência do poder público” (p.68).

E assim, Aline, como eu já havia sido abusada, Aline, eu sinto que a vida é um ciclo, parece que a vida é um ciclo. Mas a gente acaba cometendo os mesmo erros dos nossos antepassados, parece que a gente já traz aquilo ali na genética. E eu não queria que ela sofresse o que eu sofri, eu tirei de letra, eu falo disso hoje em dia, mas não tenho nenhum problema psicológico com homem, só que quando se faz com um filho da gente.

Conforme Miotto (2001), um estudo da história de adultos que sofreram maus tratos, violência, ou desvios comportamentais realizados por Barudy (1998), detectou uma série de circunstâncias familiares e sociais presentes em duas ou mais gerações, essas famílias vão reproduzindo ideologicamente uma cultura familiar. “Essa pode ser entendida como um sistema de crenças, comportamentos e padrões de interação que estão na base da perpetuação da violência (Miotto, 2001, p. 110).” Questionei quais

serviços da assistência social ela precisou recorrer após o acolhimento dos seus filhos, e Lúcia fala:

Chegaram a me mandar na época na assistente social, até fiquei bem chateada, eu estava sem documentos, eu precisava tirar a segunda via, o Sentinela me encaminhou, pois eu não tinha dinheiro, e pra fazer processo tinha que ter a documentação original e eu não tinha RG, era no mesmo prédio do Programa Sentinela, me disseram: vai lá na assistente social, diz que estais sendo assistida aqui, que estais sendo atendida por nós, que ela vai te dar uma certidão negativa pra fazer de graça a segunda via na delegacia. Só que quando eu cheguei lá fui bem mal atendida, aí ela perguntou se eu trabalhava e eu trabalhava de faxineira. Aí ela disse: Não querida aqui é só pra quem tá catando latinha, se você tiver catando latinha você tem direito. Eu fui embora indignada esperei uns dias para juntar um dinheiro fui lá paguei e fiz.

Podemos perceber que infelizmente existem alguns profissionais com esta postura profissional que não trabalham para viabilizar direitos, que agem de forma clientelista, acreditando que direitos sociais são favores ou benesses. As famílias precisam atestar miséria para ter acesso até aos documentos. Miotto (2004), ao estudar trabalhos com famílias, verificou ainda que temos muitos assistentes sociais, em especial na área da criança e do adolescente que possuem uma prática profissional empobrecida:

Na área da criança e do adolescente, campo fértil de intervenção com famílias, Sant'Ana (2000), ao investigar a prática profissional de assistentes sociais em instituições públicas e privadas, concluiu que a maioria deles realiza uma intervenção pouco qualificada e com ausência de referenciais teóricos e de postura crítica. Para a autora, esta situação compromete a implantação do projeto ético-político do Serviço Social, à medida que este fica a cargo de uma minoria de vanguarda (p.05).

Questionei se a equipe do PAEFI havia inserido a família Souza em algum outro programa, como por exemplo o bolsa família:

Me encaminharam também, só que na época minha renda ultrapassava, agora talvez eu acho que não ultrapassa, porque assim

eu sempre quis ser muito certa e eu coloquei a renda do Rogério junto. Porque tem pessoas que vão lá e dizem que ganham um salário mínimo e conseguem tudo muito fácil. Eu quis ser certa fui com o meu contracheque e o contracheque do Rogério e não deu, parece que tinha que ter 100 reais por pessoa, e a nossa ultrapassava talvez se hoje em dia eu for, talvez consigo porque estou sozinha e tenho dificuldades.

De acordo com Silva (p. 39), “no Brasil, nos anos 1990, as políticas sociais se direcionaram aos mais pobres com a implementação de programas de transferência renda direta as famílias” , segundo a autora há um debate internacional sobre os programas de transferência de renda, pois em um conjuntura socioeconômica marcada por mudanças no mundo do trabalho, inserida pelo projeto neoliberal que coloca os programas de renda mínima a frente da restrição de políticas sociais de caráter universal. Ainda conforme Silva, o programa Bolsa Família apresenta condicionalidades às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, com isso vai haver uma contradição com a realidade das famílias, como a família de Lúcia, que é monoparental chefiada por ela, por isso ela fala: “Sei que o Bolsa Família tem condicionalidades, reuniões e tal, isso tudo te requer tempo, e eu não posso faltar trabalho, pois se eu faltar ele vai ter que arrumar outra pessoa”.

Perguntei pra ela se ela costumava utilizar os serviços de saúde, ela disse que raramente, que procura quando está doente, e em seus momentos anteriores de gravidez para realizar o pré-natal. Para finalizar a entrevista questionei: Durante toda essa trajetória com quem você pôde contar?

Com a família do Rogério, que sempre deu um grande suporte, meus companheiros que tive e atualmente conto muito com o meu patrão que procura me ajudar muito. Passei por tudo isso, Aline, Conselho Tutelar, o Sentinela, o Abrigo e Posto de Saúde, Hospital, Creche, mas quem sempre me deu apoio foi a família do Rogério e hoje sem apoio de homem algum, eu espero conseguir. Na minha vida eu tive que contar muito com o Rogério, o pai dele dava um grande suporte, pouco ou muito mas me dava. Aí me separei, fui embora e fui viver com uma outra pessoa, que me dava um suporte bem maior, entendeu? E agora eu tenho medo de não conseguir. Assim entre aspas, eu acho que o que eu ganho vai dar pra mantê-los, mas não assim do jeito que eu queria entende, assim de dar uma bolacha recheada, um Danone, uma fruta, ter sempre e não faltar, eu não sei se eu vou conseguir. Segundo o meu patrão me falou: Lúcia, fique longe de homem, que no que for preciso eu vou te ajudar. Eu até me senti sabe, mais motivada. Porque assim, Aline, aqui eu pago 350 pila de aluguel, a minha conta de luz, até então eu sozinha, tava saindo 40 reais. E eu sei que com os três vai dobrar. Então tudo vai

ser dobrado ou triplicado, porque são três a mais. Mas mesmo assim eu vou... tentar dar conta. Eu tenho que dar conta! Eu botei isso na minha cabeça, que eu tenho que dar conta. Porque eu queria tanto eles, eu quero tanto eles que ... e eles também vão ter que entender quando faltar. Oh hoje não tem a bolacha vamo comer o pão, não tem o pão, vou fazer uma farofinha ali com ovo, não é? Porque tem pessoas assim, igual eu fiz ali na assistente social falar no Fórum, que eu precisava daquela última visita, ela tinha que visitar a casa, ela veio visitar a casa eu não estava, aí deixou um bilhete ali embaixo da minha porta pra que eu fosse lá urgente, urgentemente. No dia seguinte eu faltei serviço e fui. Como ela não tinha como vir visitar e a questão dela e a minha também era que ela resolvesse isso tudo muito rápido, que ela precisava mandar as crianças pra cá. Porque quando eu fui lá conversar com ela, ela entendeu que meus filhos não precisavam estar ali, que assim questão de, de questão de situações, que tinha crianças precisavam mais do que eles e querendo ou não ele tinham uma mãe, que tinha uma casa, que trabalhava, que queria ele de volta e que nunca falhou em nenhuma visita. Eles diziam oh Lúcia, tu vai é ter que sair dali porque ali não cabe eles, tu lembra que tu foi lá no caminho novo?

Muitas exigências são feitas às famílias por diversos profissionais tanto da instituição como do Judiciário. Como foi apresentado na pesquisa realizada por Fávero et al (2009), ao estudar as famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional, ela percebeu nas falas dos familiares entrevistados:

Algumas varas da infância e da juventude parecem assumir postura de culpabilização da família, no caso, das mães pelo abrigo dos filhos. Parecem individualizar a questão, focar na responsabilização particular da pessoa e pressionar pelo desabrigo, chegando a “dar broncas”, como se as famílias estivessem “acomodadas”. Denotam não relacionar a situação a um contexto social mais amplo, à conjuntura em que se vive. As famílias parecem ser tratadas como incompetentes nos cuidados com os filhos. Nos casos de suspeita de vitimização, uma das pessoas participantes da pesquisa contou que uma profissional, por ocasião do atendimento, tirou a roupa da criança e questionou a alimentação dada. Nestes casos, parece que os atendimentos se assemelham a uma “investigação policial”. Isso possivelmente intensifica ainda mais a culpa que muitas das entrevistadas demonstram sentir em relação à separação dos filhos.(p.138)

Concluindo, esta pesquisa possibilitou evidenciar fatores recorrentes na vida da família, bem como das instituições e serviços pelo qual ela passou. As expectativas geradas em torno da família, a falta de articulação de políticas públicas, o despreparo e o não compromisso ético de alguns profissionais, sendo que esse conjunto de

realidades compromete a efetividade do serviço e do Sistema de Garantia de Direitos de proteção social, contrapondo o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, como prioridade absoluta e proteção integral. Outra contradição é a morosidade do Judiciário, que acaba por revitimizar a criança e o adolescente vítimas de violência, na demora da resolução das questões processuais, dificultando o rompimento do ciclo de violência, colaborando para a sua recidiva e reforçando a violação dos direitos previstos no ECA, como direito a proteção (art 5º). Diante da história desta família os motivos que levaram seus filhos ao acolhimento institucional estão relacionados à precariedade de políticas públicas que atendam as múltiplas necessidades da família contemporânea, como coloca Oliveira (2006, p. 42):

Políticas de maior amplitude, direcionadas à habitação, à saúde, à educação e ao trabalho, certamente concorreriam para que grande parte dessas crianças e adolescentes permanecesse com seus familiares. As pesquisas reafirmam o jargão: Não são crianças abandonadas, mas famílias abandonadas...

2.3.1- Conclusões

Conforme o estudo realizado foi possível verificar uma série de fatores e elementos presentes na vida desta família que são comuns com a realidade de outras famílias atendidas pelo Programa Abrigo Institucional de Palhoça, como mostram também algumas pesquisas realizadas, como o Levantamento Nacional de Abrigos e a pesquisa Famílias de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, organizada por Fávero, Vitale e Baptista¹⁰. Foram verificadas as fragilidades decorrentes a falta de acesso aos serviços, que em momentos de vulnerabilidades são extremamente importantes para sustentação da família e o não acesso faz com que cada vez mais direitos sejam violados e vínculos rompidos. De acordo com Souza (2006):

A lei prevê que as instâncias responsáveis pela execução da política de atendimento são órgãos governamentais e não-governamentais nos diversos âmbitos federal, estadual, municipal, que deverão agir de forma articulada. Uma das primeiras dificuldades de operacionalização do Estatuto é a falta de oferta de serviços que viabilizem uma proteção mais abrangente e diversificada. Em face

¹⁰ Estudo realizado em 2009 que materializou-se no livro Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.

disso, observa-se que as medidas que promovem rupturas com o grupo familiar, como o abrigo em entidade, são preferencialmente utilizadas, apesar da advertência do Estatuto quanto a seu caráter de excepcionalidade(p.145).

Ainda podemos evidenciar o modelo pluralista de bem-estar que não dá conta de garantir meios para a família realizar a proteção social dos seus filhos, tampouco dos indivíduos adultos. A dinâmica deste sistema não dá acesso a trabalho e tampouco a políticas públicas que possam assegurar condições necessárias de vida, tendo como consequência a negligência dos pais ou responsáveis nos cuidados de seus dependentes, pois como afirmam Gueiros e Oliveira (2005), os próprios pais também estão sendo negligenciados.

Os serviços prestados a essas famílias é outro ponto que foi observado. A postura profissional de alguns assistentes sociais e sua prática profissional se reduzem a encaminhamentos, deixando de desenvolver uma intervenção qualificada com as famílias. De acordo com Miotto (2004), essa postura está relacionada à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais no trabalho com as famílias das crianças e adolescentes, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras áreas, como psicologia, pedagogia entre outras que estão inserindo-se cada vez mais no âmbito da assistência social.

Percebeu-se que há uma subordinação da instituição ao Poder Judiciário no qual não foi visualizado trabalho em conjunto, evidenciando o papel controlador que este exerce sobre a família e a instituição de acolhimento. Conforme a pesquisa Famílias de crianças e adolescentes abrigados Fávero (2008, p.139) coloca que “são poucos os contatos feitos com a rede familiar. O abrigo, muitas vezes, acaba sendo a primeira solução encontrada para difíceis situações.” Nesse sentido, ela destaca a questão de “o que a família considera que necessita para realizar o desabrigamento da criança e/ou adolescente” e grande parte das respostas referenciavam ao não acesso a direitos sociais como moradia, escola, renda, emprego. Os familiares precisam dar conta das imposições que o Estado coloca para ter novamente a criança e/ ou adolescentes aos seus cuidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XX, a proteção social passa a ganhar status de direito social, devendo ser assegurada pelo Estado (Lima, 2006). Apesar disso, a tradicional prática realizada pelas famílias e rede primária de solidariedade não foram deixadas de lado no exercício da proteção social. Ainda no século XX, com a recessão econômica na década de 70, o modelo de Estado de Bem-Estar Social instaurado em algumas sociedades europeias no pós-guerra entrou em crise dando lugar ao chamado pluralismo de bem-estar, ou seja, o Estado perde a centralidade na provisão do bem-estar social, assim a responsabilidade da realização desta esfera fica dividida entre as famílias, a sociedade, o mercado e Estado. No Brasil, a família foi e continua sendo a principal provedora de bem-estar social. Sendo assim, o que diferencia na história da participação da família no âmbito da proteção social é a intensidade com que o Estado participa desse âmbito.

A família transformou-se junto com a história, e a partir do século XX foi identificado um novo perfil da família, a chamada família contemporânea: temos famílias menores, mulheres chefes de família, aumento do número de separações e uma série de outras mudanças decorrente das mudanças culturais, econômicas e tecnológicas. No Brasil, paralelamente a estas mudanças vamos ter novidades também no âmbito jurídico, quando em 1988 é inaugurada a Constituição Federal que coloca novas alterações no que se refere à família (SARTI, 2008). Inclusive a coloca em um capítulo especial, especificando as suas responsabilidades e deveres para com seus membros. A partir dela, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) trouxe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, e reforça que a família ou responsável tem o dever de assegurar a proteção dos seus membros em fase peculiar de desenvolvimento não permitindo a violação dos direitos. Outra novidade trazida pelo ECA é o direito à convivência familiar e comunitária, um ponto muito relevante de análise neste trabalho. Esta traz à cena as crianças e adolescentes que encontram-se afastados de suas famílias em medida específica de proteção previstas também nesta lei. Ainda temos no plano legal a seguridade social, com o tripé saúde, previdência e assistência social, consolidando-se com as leis orgânicas específicas e políticas nacionais. Com isso, a família é trazida para o centro das discussões acerca das políticas sociais.

Nesse momento, paralelamente à construção de direitos sociais e a incorporação da política econômica neoliberal pelo Estado, pode se dizer que o exercício da proteção social na contemporaneidade é realizado através de um conjunto de ações públicas e privadas resultantes da interação da família com o mercado, sociedade e Estado (SILVA, 2010). Com isso temos o encolhimento do Estado no seu papel da proteção social, onde sem ter acesso aos bens e serviços para prover suas necessidades a família recorre a rede primária de solidariedade.

Conforme foi contextualizado, a história da família e da proteção social no Brasil é marcada pela grande expectativa lançada sobre a família, e a desresponsabilização do Estado. Porém é evidente que este modelo não consegue garantir com que as famílias tenham acesso a seus direitos, nem que consigam ter condições de exercer a proteção social dos seus membros. Desconsidera as novas configurações da família contemporânea, partindo do pressuposto que a família ainda é aquela nuclear composta pelo pai provedor e pela mãe cuidadora. Com isso, é percebido que as famílias ficam expostas a situações de risco social e vulnerabilidade, tendo que recorrer à rede pública de serviços. Quando estão em situação de vulnerabilidade e chegam a uma instituição, nem sempre são atendidas. Quando o atendimento acontece, há um desencontro das expectativas da família em relação aos serviços, considerando ainda a precariedade do sistema, falta de recursos entre outras situações que podem ser observadas nas histórias contadas pelas famílias (LIMA, 2006).

Ainda podemos concluir que a família tomou para si a responsabilidade do exercício da proteção social dos seus membros e em dificuldades articulam com a rede primária, e só diante do esgotamento dos recursos desta é que aciona os serviços públicos (Lima, 2006). Para os momentos de risco social, a lei prevê, tanto a Constituição Federal, como na LOAS, que a família ou indivíduo que estiver em situação de risco social ou pessoal devera receber atendimento e ser inserido em programas de auxílio. Atualmente o SUAS, que trata desta questão por níveis de complexidade: a proteção básica, especial básica e a especial de alta complexidade. Quando ocorre a violação de direitos e o rompimento de vínculos necessita-se da aplicação de uma medida de proteção especial de alta complexidade, demandando cuidados integrais, como é o caso do acolhimento institucional, também previsto nas medidas de proteção de caráter excepcional e provisório colocadas no ECA.

A partir do estudo realizado e as reflexões desenvolvidas neste trabalho, podemos dizer que, apesar de parciais, muitas das manifestações da questão social nas famílias das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente na Casa Lar de Palhoça, são comuns em todo o Brasil em comparação com os estudos realizados em outros Estados. Enquanto estagiária, acompanhando e realizando esta pesquisa não apenas da história da família Souza, foi possível verificar a presença destes pontos nas histórias de outras famílias atendidas pelas Casas Lares. Ainda com as pesquisas que permitiram ampliar mais o conhecimento sobre a realidade e trajetórias das famílias de crianças e adolescentes que se encontram em medida de acolhimento institucional.

Nesse trabalho, primeiramente buscamos olhar a família descrita a partir da instituição enquanto representante do Estado e em seguida dar voz à mãe, falando do seu modo de compreender a situação e da forma como se relacionou com as políticas e práticas sociais, na ausência de ações que de fato assegurassem direitos. O resultado a que se chegou é que a família atingiu uma situação extrema devido ao abandono que ela sofreu desde o princípio, um abandono que transpassou gerações e que só tendeu a agravar com as mudanças societárias, com a falta de acesso a direitos, a diminuição e enfraquecimento da rede primária da solidariedade, o enxugamento das políticas sociais. Revelaram ainda a naturalização da família no exercício da proteção social e que esta é vista como uma obrigação moral, a troca de compromissos e deveres entre familiares e rede de vizinhança.

A família Souza teve seus três filhos acolhidos pelas Casas Lares como medida de proteção. Poderia ter sido evitada a retirada deles do convívio familiar se os serviços tivessem dado respostas adequadas e realizado intervenções qualificadas com essa família, como a inclusão em programas de transferência de renda, apoio sociofamiliar, inserção em programas de álcool e drogas nas unidades de saúde para Lúcia, acompanhamento desta para não haver reincidência. Estes serviços que são direitos sociais são extremamente importantes em momentos de fragilidades e vulnerabilidades e o não acesso só agrava mais as situações.

Diante disso, nos questionamos: como fazer diferente? Como mudar essa realidade? Acreditamos na qualificação profissional das equipes multiprofissionais, no entendimento das necessidades e possibilidades da família, pois para ela exercer a proteção social dos seus membros precisa ter condições psicológicas e materiais. Ainda uma maior articulação da rede de garantia de direitos incluindo o Judiciário,

que deverá construir alternativas no intuito de evitar acolhimentos de forma indiscriminada e o desligamento da criança ou adolescente. Os serviços precisam mudar a postura controladora, fiscalizadora, para um posicionamento mais crítico, entendendo a totalidade das famílias, para buscar a melhor intervenção possível, viabilizando acesso, não responsabilizando as famílias, pois muitas delas são famílias que possuem seus direitos violados, que sofrem violência, inclusive a violência institucional, e que são negligenciadas pelo próprio Estado que as culpabiliza.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Família, Trabalho e Reprodução Social: Limites na realidade brasileira. In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.133-151.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei Federal Nº 8069** Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Federal N º 8742** de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

BRASIL, **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS/SNAS, 2009, p.07.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília: UNB, N º 12 jan.- junho, 2003, p. 165–190.

BRIDA, Dayane Oliveira de. **A inserção do serviço social no trabalho com alcoolistas e suas famílias no Centro de Atenção Psicossocial I do município de São Joaquim/SC**. Florianópolis, 2009. 79 f. TCC (Graduação) Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Disponível em : [HTTP//tcc.bu.ufsc.br](http://tcc.bu.ufsc.br) acessado em 20 nov 2011.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A.; BAPTISTA, M.V. (Org.) **Famílias de Crianças e Adolescentes Abridados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2009.

FÁVERO, E. T. O Estudo Social. Fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org.) **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez, 2005, p.9-51.

FERREIRA, L. A. M. **O promotor de justiça frente à institucionalização de criança e adolescente em entidade de abrigo e a destituição do poder familiar**. 2004, p.1-10. Disponível em <http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/16.pdf>. Acesso em 05 out 2011.

GAMA, Andréa de Sousa. Entre o Trabalho e a Família: (Re) pensando o Ethos da Produção do cuidado. In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 95-113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Direito À Convivência Familiar e Comunitária: Os Abrigos Para Crianças e Adolescentes no Brasil**. 2005 - Diretoria de Políticas Sociais (Disoc). Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC). Brasília, 2003.

JANUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas - Revista do Serviço Público -2003, volume: 1990: 2, p. 137-160.

LIMA, Eliéte Maria de. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis**. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

LYRA, Jorge et. al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A .R. E VITALE, M. ^a F. (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC- SP, 2003. p. 79-91.

MASUR, Jandira. A Abordagem Biológico-Psicológica e Social do Alcoolismo. In: **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, 1980

_____. **A Questão do Alcoolismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção Qual É)

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Famílias e Políticas Sociais. In: **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**, São Paulo: Cortez, 2008, p.130-148.

_____, Regina Célia Tamasso. **Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais** - Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, dez. 2004.

_____, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: Subsídios para Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais. In: **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.3-14.

_____, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. et al. (orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p.43-60.

_____, Regina Célia Tamasso. Famílias e adolescentes autores de atos infracionais: subsídios para uma discussão. In: VERONESE, J. R. P., SOUZA, M.P.

e MIOTO, R. C.T.(orgs) – **Infância e Adolescência, o conflito com a Lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001, p.91-120.

NASCIMENTO, A.M. **População e família brasileira: ontem e hoje.** Caxambu: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEPSS, 2006.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigo no Brasil.** Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação / [coordenação Myrian Veras Baptista]. -- São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006, p. 39-47. (Coletânea abrigar; 1)

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A Pesquisa Qualitativa e a história de vida.** Serviço Social em Revista / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998, p. 135-148).

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. et al. (orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p.25-42.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas,** São Paulo: Cortez, 2008 p.87-107.

SARTI, C. A . Famílias enredadas. In: ACOSTA, A .R. E VITALE, M^a F. (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: IEE/PUC- SP, 2003. p. 21–36.

SARTI, Cynthia A. In: ACOSTA, A .R. E VITALE, M. ^a F. (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: IEE/PUC- SP, 2003. p.21-38.

SILVA, Izabella Régis da. **Caminhos e (des) caminhos do plano nacional de convivência familiar e comunitária:** a ênfase na família para a proteção integral de crianças e adolescentes. 149f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2010.

SOUZA, Marli Palma; CAMPOS, Marta Silva. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **A publicização da violência de pais contra filhos:** um estudo das implicações da denúncia. São Paulo, 2000. 210f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____, M.P. Políticas de proteção para a Infância e Adolescência: problematizando os abrigos. Sociedade em Debate. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas; EDUCAT, v.12, N.1 2006, p. 140-161.

VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias: Pontos de Reflexão.** Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação / [coordenação Myrian Veras Baptista]. -- São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006, p. 77-82. (Coletânea abrigar; 1)

WIESE, Michelly Laurita e SANTOS, Rosemeire dos. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social E Saúde: A Relevância do Debate para o Serviço Social,** 2008.